CENTRO UNIVERSITÁRIO CARIOCA – UNICARIOCA

MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

JULIANA MOTA RISCADO

DESMISTIFICANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL ANTIRRACISTA COM FOCO NA PRÁTICA DOCENTE SOB UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Rio de Janeiro

2024

Juliana Mota Riscado

DESMISTIFICANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL ANTIRRACISTA COM FOCO NA PRÁTICA DOCENTE SOB UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Dissertação de mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

Orientadores: D.Sc. Alessandro Jatobá

D.Sc. Veronica Eloi de Almeida

Rio de Janeiro

2024

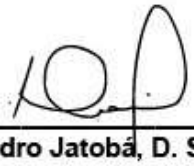
JULIANA MOTA RISCADO

DESMISTIFICANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL ANTIRRACISTA COM FOCO NA PRÁTICA DOCENTE SOB UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

O Presidente da Banca, abaixo assinado, atesta que os membros da banca participaram desta defesa de dissertação.

Examinado por:



gov.br Documento assinado digitalmente
ALESSANDRO JATOBA
Data: 16/05/2024 18:08:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Alessandro Jatobá, D. Sc. (UniCarioca)
Presidente da Comissão Examinadora

Profa. Paula de Castro Nunes, D. Sc. (UniCarioca)

Prof. Flávio Silva Corrêa de Mello, D. Sc. (UFF)

Rio de Janeiro
2024

R619d Riscado, Juliana Mota
Desmistificando a educação infantil antirracista com foco na prática docente sob uma perspectiva decolonial / Juliana Mota Riscado. -Rio de Janeiro, 2024.
85 f.

Orientadores: Alessandro Jatobá e Veronica Eloi de Almeida
Dissertação (Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação) - Centro Universitário UniCarioca, Rio de Janeiro, 2024.

1.Educação infantil. 2.Racismo estrutural. 3. Educação Antirracista. 3. Perspectiva decolonial. I. Jatobá, Alessandro, prof. orient. II. Almeida, Veronica Eloi de, prof. orient. III. Título.

CDD 371.344

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me proporcionar a oportunidade de concluir mais uma etapa e a possibilidade de concretização de um sonho. Agradeço imensamente minha família por todo o apoio ao longo desta caminhada, ao meu esposo André, grande incentivador de todos os meus projetos, apoiador de minhas decisões e companheiro de todos os momentos. Agradeço a minha filha Isabela por todo o carinho envolvido nessa trajetória e pela paciência. Agradeço à uma grande incentivadora de minhas conquistas, Stela, minha mãe, que sempre esteve ao meu lado contribuindo de alguma forma para que eu pudesse atingir os meus objetivos. Ao meu orientador Dr. Alessandro Jatobá e à minha coorientadora, Dra. Veronica Eloi, que foram alicerces para a construção dessa pesquisa, aos mestres e colegas do Mestrado Profissionalizante em Novas Tecnologias Digitais na Educação da UniCarioca, que fizeram parte deste processo. Destaco um agradecimento a todas as profissionais da educação, que mesmo indiretamente, fizeram parte dessa pesquisa Em especial, agradeço à dois grandes amigos e incentivadores, Tânia e Thiago, serei eternamente grata por todo apoio que me fizeram chegar até aqui. Por fim, a todos que contribuíram de maneira direta ou indireta para a realização deste trabalho.

“Ninguém nasce odiando o outro pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar”.

(Nelson Mandela 1918 - 2013)

RESUMO

O tema central desta dissertação remete à construção de caminhos para uma educação antirracista e como foco a prática docente sob uma perspectiva decolonial. A respeito deste tema, destaca-se a importância dos estudos e práticas voltadas para a educação antirracista e as abordagens acadêmicas, enquanto uma forma de promover um enfrentamento ao racismo e trabalhar em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva. Dentro deste contexto, questiona-se: as práticas antirracistas estão sendo implementadas pelos profissionais da educação infantil? Acredita-se que para a implementação de uma educação antirracista, seja necessário que os profissionais adquiram conhecimento a respeito do tema. Para isso, seria pertinente a efetivação de divulgação de literatura adequada e a disponibilização de material didático lúdico, neste caso um e-book, que possa ser retransmitido abrangendo um maior número de profissionais. Esta pesquisa compreende o racismo estrutural como um problema que afeta toda a sociedade brasileira e compreende o ambiente escolar como um importante colaborador, para um fazer contrário as reproduções das relações de dominação, acessível a todos e assumindo a responsabilidade de propagador para mudanças significativas. Esta pesquisa objetiva refletir sobre a implementação das práticas antirracistas na educação infantil, nas salas aulas, de forma a estimular o compromisso com a busca de conhecimentos e ações práticas, tornando a decolonização um ato de cidadania. Na sequência, realizou-se uma revisão narrativa para refletir sobre racismo estrutural, as práticas antirracistas e a perspectiva decolonial, na educação. E, para análise de dados dessa revisão utilizou-se a técnica da análise de conteúdo de Bardin (2011), que se estrutura em três fases: pré-análise; exploração do material com categorização ou codificação; tratamento dos resultados, com inferências e interpretações. Certos autores serão primordiais para o progresso desta dissertação, a saber, a pedagoga brasileira Nilma Lino Gomes, que disserta sobre o movimento negro e a educação; o filósofo e advogado brasileiro Silvio Almeida, que discute o racismo estrutural; o educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, que influencia com a pedagogia crítica, a filósofa feminista brasileira Djamila Ribeiro, que colabora para reflexões acerca das práticas antirracistas, o sociólogo e pensador humanista peruano Anibal Quijano, enquanto criador do conceito da colonialidade do poder; assim como o semiólogo e professor de literatura argentino Walter Mignolo e o filósofo porto riquenho Nelson Maldonato Torres, ambos referências no campo do pensamento decolonial. Os resultados da revisão narrativa evidenciaram os seguintes achados que balizaram elementos centrais das discussões bibliográficas: (1) no contexto escolar, é urgente adotar práticas antirracistas e abordar o racismo de forma prioritária, o que faz da escola um poderoso aliado; (2) faz-se necessário uma abordagem crítica em relação ao conhecimento, às instituições e às práticas educacionais, intencionando à transformação das estruturas e a promoção do respeito pela diversidade humana. Para além, os achados da revisão narrativa, desenvolvida após a pesquisa, viabilizaram a consolidação de um e-book inspirado no livro "Pequeno Manual Antirracista" para auxiliar os profissionais na aquisição e na transmissão dos conhecimentos antirracistas.

Palavras-chave: Educação infantil; racismo estrutural; educação antirracista; perspectiva decolonial.

ABSTRACT

The central theme of this dissertation revolves around the construction of pathways for an anti-racist education with a focus on teaching practice from a decolonial perspective. Concerning this theme, the importance of studies and practices aimed at anti-racist education and academic approaches is emphasized as a means to confront racism and work towards a more just and inclusive society. Within this context, the question arises: what are the difficulties encountered by early childhood education professionals in implementing anti-racist practices? It is believed that for the implementation of anti-racist education, professionals need to acquire knowledge about the subject. To achieve this, it would be pertinent to disseminate appropriate literature and provide playful educational materials, such as an e-book, that can be widely distributed among professionals. This research understands structural racism as a problem that affects Brazilian society as a whole and sees the school environment as an important contributor to countering the reproduction of domination relationships, accessible to all and assuming the responsibility of being a propagator for significant changes. This research aims to reflect on the difficulties faced by early childhood education professionals when attempting to implement anti-racist practices in their classes, aiming to stimulate commitment to the pursuit of knowledge and practical actions, making decolonization an act of citizenship. Subsequently, a narrative review was conducted to reflect on structural racism, anti-racist practices, and the decolonial perspective in education. For the data analysis of this review, Bardin's content analysis technique (2011) was used, which is structured in three phases: pre-analysis; exploration of the material with categorization or coding; treatment of results, with inferences and interpretations. Certain authors will be pivotal for the progress of this dissertation, namely Brazilian educator Nilma Lino Gomes, who discusses the black movement and education; Brazilian philosopher and lawyer Silvio Almeida, who discusses structural racism; Brazilian educator and philosopher Paulo Freire, who influences with critical pedagogy; Brazilian feminist philosopher Djamila Ribeiro, who contributes to reflections on anti-racist practices; Peruvian sociologist and humanist thinker Anibal Quijano, as the creator of the concept of the coloniality of power; as well as Argentine semiotician and literature professor Walter Mignolo and Puerto Rican philosopher Nelson Maldonato Torres, both references in the field of decolonial thought. The results of the narrative review highlighted the following findings that guided the central elements of the bibliographic discussions: (1) in the school context, it is urgent to adopt anti-racist practices and prioritize addressing racism, making the school a powerful ally; (2) a critical approach to knowledge, institutions, and educational practices is necessary, aiming at transforming structures and promoting respect for human diversity. Furthermore, the findings of the narrative review, developed after the research, facilitated the consolidation of an e-book inspired by the book "Pequeno Manual Antirracista" to assist professionals in acquiring and transmitting anti-racist knowledge.

Keywords: Early childhood education; structural racism; anti-racist education; decolonial perspective.

SUMÁRIO DE QUADROS

Quadro - 1: Parâmetros da educação infantil..... 38

Quadro - 2: A prática antirracista desenvolvida na escola. 39

Quadro - 3: Os conhecimentos da literatura antirracista. 39

Quadro - 4: Conhecimentos a respeito do conceito “perspectiva decolonial”. 40

Quadro - 5: Termos que alicerçarão a revisão narrativa de literatura. 41

Quadro - 6: Revisão Narrativa – O título dos artigos, autores, métodos e área de atuação. Apresentação após triagem de revisão..... 43

Quadro - 7: Revisão Narrativa - Matriz síntese do processo de revisão através do n° DOI, objetivos, resultados e conclusões. 44

Quadro - 8: Análise de Bardin - Pré-análise: organização dos principais pontos extraídos dos artigos. 61

Quadro - 9: Análise de Bardin - Reorganização do material para a formação das categorizações. 63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Conselho Pleno
DCNEF	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil
DCNERER	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais
DOI	Digital Object Identifier, em português Identificador de Objeto Digital
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MC	Modernidade/Colonialidade
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCN	Parâmetros Curriculres Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 13

1.1 Inquietação e justificativa: o valor desta pesquisa 14

1.2 Problema e hipótese 14

1.3 Objetivo geral e objetivos específicos 18

1.4 Riscos 21

2. REFERENCIAL TEÓRICO 22

2.1 Educação infantil no Brasil: regulamentações, normas, novos paradigmas 23

2.2 Educação infantil antirracista: contextos e motivações 25

2.3 Educação infantil antirracista sob uma perspectiva decolonial 29

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS 35

3.1 Alicerce da pesquisa 35

3.2 Revisão narrativa 36

3.3 Técnica para análise dos dados 36

3.4 Contornos inerentes ao produto 37

4. PESQUISA 38

4.1 Contornos 38

4.2 Dados e achados 38

5. REVISÃO NARRATIVA 42

5.1 Nação, infância e seus outros: literatura infantil brasileira do século XIX ao início do XX. 47

5.2 O uso do blackface como prática pedagógica nos anos iniciais da educação básica. . 48

5.3 A colonização é aqui e agora: elementos de presentificação do racismo. 49

5.4 Contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão das questões raciais na educação escolar 51

5.5 Recontar para ressignificar: passado e presente em pauta no racismo estrutural. 53

5.6 Práticas docentes e relações étnico-raciais: reflexos da sociedade brasileira.....54
5.7 Infância, Identidade Étnica e Conhecimentos de Matriz Africana na Escola. 56
5.8 Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito. 57
6. ANÁLISE DE DADOS.....60
7. PRODUTO CONSOLIDADO 73
7.1 Descrição do produto.....73
7.2 Aplicação.....74
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 78

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação debruça-se sobre a construção de caminhos a favor de uma educação antirracista, destaca-se a relevância dos estudos e práticas antirracistas docentes enquanto um grande aliado para o combate ao racismo.

Em nossa sociedade existe uma ideia ilusória que não reflete a realidade das relações raciais no país, segundo o professor Kabengele Munanga (2016) a noção de democracia racial entende que nosso povo, gerado por diferentes origens raciais, seja um povo sem preconceitos. Segundo o autor, o mito da democracia racial, torna a questão do racismo difícil de combater. E destaca que o Brasil tem uma longa história de discriminação racial, que se manifesta em várias esferas da sociedade, como no desigual acesso as oportunidades educacionais, empregos, moradia e justiça (Munanga, 2016).

Munanga (2016), enfatiza a importância de confrontar a realidade das desigualdades raciais no Brasil e rejeita a noção de democracia racial como um mito que mascara essas disparidades. O autor argumenta que é importante reconhecer a existência do racismo e trabalhar para combatê-lo, em vez de sustentar a ideia de uma suposta harmonia racial (Munanga, 2016).

Segundo a autora brasileira Djamila Ribeiro (2019), as práticas antirracistas são ações e atitudes que visam combater e eliminar o racismo, promovendo a igualdade e o respeito entre as diferentes raças e etnias. Elas envolvem a conscientização sobre a existência e os efeitos do racismo, além da busca por transformações estruturais na sociedade para promover a inclusão e a justiça social para todos (Ribeiro, 2019).

Nesse contexto, para promover a reeducação das relações étnico-raciais em nossa sociedade, é imperativo compreender as desigualdades historicamente impostas. Segundo Frantz Fanon (1979), os descendentes dos envolvidos no comércio de escravos não devem carregar a culpa por um passado marcado por atrocidades. Em vez disso, é responsabilidade desses descendentes combater o racismo e assumir um compromisso moral para estabelecer relações sociais e raciais justas e equitativas, permitindo que todos sejam agentes ativos na realização plena de sua humanidade (Fanon, 1979). Dessa maneira, a educação sobre relações étnico-raciais demanda uma aprendizagem mútua entre brancos e negros, a partilha de conhecimentos, a superação de desconfianças e a colaboração em um projeto coletivo para a construção de uma sociedade que seja verdadeiramente justa, igualitária e inclusiva (BRASIL, 2004).

1.1 Inquietação e justificativa: o valor desta pesquisa

Este tema de grande relevância para nossa sociedade, em especial para a presente pesquisadora e docente, regente de turma da educação infantil, que teve como ponto de partida a sala de aula de uma escola pública no Município de Niterói.

Ao olhar para a infância, particularmente a infância negra, percebe-se que há uma lacuna a ser preenchida no aspecto da questão racial, mas sem o conhecimento necessário não há mudança. Desta forma, a pesquisadora foi em busca de informação e deparou-se com inúmeros cursos de formações que pudessem auxiliar nas ações antirracistas cotidianas na escola.

Neste processo, a pesquisadora averiguou o quanto faltavam informações e conhecimentos a respeito da educação antirracista. E, além disso, ocorreu a percepção a respeito da escola como um local de grande relevância tanto para o combate, quanto para a disseminação das discriminações, incluindo o racismo e a favor de uma educação antirracista, capaz de elevar a autoestima e fortalecimento da identidade negra dos estudantes, neste contexto específico para a educação infantil.

A escolha deste tema favorece o trabalho docente e dos demais colaboradores da escola, verificou-se que as abordagens acadêmicas, são importantes para a mensuração do tema proposto, visto enquanto uma forma de promover um enfrentamento ao racismo e trabalhar em direção a uma sociedade mais inclusiva.

No âmbito escolar, as práticas antirracistas são urgentes e trabalhar o racismo que ocorre dentro da sala de aula é primordial, para tanto, como um grande aliado, escolheu-se a perspectiva decolonial. Segundo Walsh (2007) a proposta de uma pedagogia decolonial se ocupa de buscar o direito à diferença, apresentar as interrelações entre os diversos saberes de forma igualitária para auxiliar na reorganização de currículos e práticas pedagógicas que subvertem a lógica do pensamento colonial. Envolve uma abordagem crítica ao conhecimento, às instituições e às práticas educacionais, intencionando à transformação das estruturas e a promoção do respeito pela diversidade humana.

1.2 Problema e hipótese

Atualmente, entende-se que o racismo é um problema grave que afeta toda a sociedade brasileira, e segundo Silvio Almeida (2019), o racismo não é apenas um conjunto de atitudes individuais de preconceito, mas sim um sistema complexo e arraigado nas estruturas sociais, políticas e econômicas, o racismo está enraizado em várias instituições e práticas cotidianas, o que o torna uma parte intrínseca da sociedade contemporânea.

Neste sentido, conhecer a construção dessa sociedade faz-se esclarecedor, tanto com relação ao processo resultante da colonização que sofremos, quanto ao entendimento das desigualdades que perpetuam até os dias de hoje (BRASIL, 2004).

A sociedade brasileira é pluriétnica e está imersa em preconceitos e discriminações voltadas para os afrodescendentes. A cultura europeia foi imposta à população nativa pelos colonizadores. Segundo Mesgravis (2015), a aculturação era forçada pelos portugueses. O colonialismo, enquanto sistema de ocupação, deixou marcas nas estruturas sociais e econômicas do Brasil (Santos, 2019). Mesmo com o fim da ocupação territorial do Brasil, através dos processos de independência deu-se início a novos momentos e espaços de exploração e desigualdade social, o poder colonial continuava posto (Quijano, 2005).

A formação da população negra no Brasil vinculava-se ao cenário político, aliado à ausência de cuidado, fazendo emergir essa condição social de tal forma que a divisão da sociedade brasileira entre colonizadores europeus e escravizados permanece até os dias atuais (Santos, 2019), reforçada pela narrativa neoliberal.

Neste processo, entende-se que a problemática da construção de nossa sociedade possa levar a uma reflexão profunda para uma transformação de atitudes, onde todos os indivíduos devam se responsabilizar por essa mudança, entendendo que o racismo existe e causa danos irreparáveis.

Para uma efetiva mudança, destaca-se o conceito da perspectiva decolonial enquanto contribuição para favorecimento de novas práticas (Wash, 2007), a escola tem um papel crucial nesta jornada, propondo um fazer contrário às reproduções das relações de dominação, que não seja espaço privilegiado de uns em detrimento de outros e sim um espaço de transformação social, acessível a todos e assumindo a responsabilidade de propagadora (Gomes, 2005).

Nesta perspectiva, dentro deste contexto questiona-se quais as dificuldades encontradas pelos profissionais da educação infantil para implementação de práticas antirracistas em sala de aula?

Um importante caminho para uma mudança nas práticas das salas de aulas relaciona-se a formação docente. Segundo Paulo Freire (1967), a capacitação profissional é um processo crucial para a construção de uma educação emancipatória e libertadora. Ele argumenta que os professores devem ser agentes ativos na transformação da sociedade e na promoção da autonomia dos estudantes. O autor entende a formação de professores como um processo que deva ser reflexivo, dialógico e comprometido com a construção de uma educação que promova a autonomia e a consciência crítica dos alunos (Freire, 1967).

Neste sentido, a escola se torna muito favorável para contribuir com um fazer contrário às reproduções das relações de dominação ao assumir a responsabilidade de propagadora para mudanças significativas. Além disso, segundo Freire (1967) é fundamental que os educadores estejam atentos às realidades e necessidades de seus estudantes, valorizando seus saberes e promovendo uma prática pedagógica ética e comprometida com a transformação social.

As políticas de ações afirmativas são de grande importância para educação antirracista. Destaca-se nesta pesquisa a Lei Federal n° 10.639/03 (BRASIL, 2003), em seu artigo 26-A, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da presença da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. É válido ressaltar também o Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que prevê medidas de combate ao racismo e de reparação ao povo negro na cidade.

As políticas públicas devem estar voltadas a realidade das populações negras, de forma que possam reduzir os efeitos do racismo da sociedade e desta forma, pensar, legislar e promover políticas a favor da igualdade racial, de gênero, de condição física, a fim de que a democracia se instale e os contraditórios possam se manifestar e produzir narrativas mais justas, formativas e humanizantes como defendia Paulo Freire (1967).

Nesta perspectiva, cabe destacar as Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecidas no Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004), orientam amplamente para uma formulação de projetos empenhados na educação das relações étnico raciais. Ressalta-se a necessidade de promover a educação antirracista em todos os níveis escolares. Em conformidade com essa educação, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica, que passou a ser estabelecido como obrigatório pela Lei Federal n° 10.639/2003 (BRASIL, 2003), seria uma reparação, dentre tantas outras necessárias, para que haja verdadeiramente uma redução das disparidades entre os diferentes grupos étnicos no país.

> É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e

> valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos. (Parecer CNE/CP 003/2004. p. 2-3).

No Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004), no item educação das relações étnico-raciais, trata da questão do papel da escola, no combate ao racismo e outras discriminações que perpassam pelo ambiente e por isso devem ser trabalhadas em prol de uma reeducação das relações étnico-raciais. De forma que ao desfazer a as mentalidades que discriminam possam superar o etnocentrismo europeu e assim reestruturar as relações sociais.

No ambiente escolar entende-se que o papel do professor está vinculado as suas atitudes, posturas e falas que ganham espaço e força para uma troca de ideias e conhecimentos que envolvem o aluno de forma participativa. Segundo Relvas (2009), o processo de aprendizagem envolve o aluno como sujeito interativo e o professor, como mediador, entre aluno e os novos conhecimentos. Olhando por esse prisma, verifica-se que a aprendizagem aconteceria com base no interacionismo social, no diálogo fundado na relação professor e o aluno (Relvas, 2009).

Nos currículos escolares devem-se ampliar o foco para além dos conhecimentos etnocêntricos europeu, abranger a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira e incluir neste contexto as contribuições de diversos povos para a formação da sociedade brasileira, como os povos originários, os descendentes dos asiáticos, dos africanos e dos europeus, como destaca o Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004), no item, História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Segundo bell hooks (2013), uma pedagogia da transgressão, que envolve questionar e desafiar as normas estabelecidas nas escolas e na sociedade em geral, acredita que os professores devem criar espaços de diálogo abertos e inclusivos, onde os estudantes possam expressar suas experiências, ideias e identidades, sem medo de represálias ou marginalização. A autora também destaca a importância de integrar perspectivas marginalizadas nos currículos escolares, reconhecendo a diversidade cultural e promovendo a representação equitativa. Enfatiza a necessidade de uma educação crítica que capacite o estudante a questionar, desafiar e transformar as estruturas opressivas presentes em nossa sociedade (hooks, 2013).

Neste sentido, a proposta de uma pedagogia decolonial ocupa-se em buscar o direito à diferença, apresentar as interrelações entre os diversos saberes de forma igualitária para auxiliar na reorganização de currículos e práticas pedagógicas que subvertem a lógica do pensamento colonial (Walsh, 2007).

Neste contexto educacional, nota-se um fortalecimento do pensamento pós-colonial ou anticolonial enquanto corrente de pensamento, como observado por Santos (2019). Isso traz à tona debates sobre a importância da decolonização de currículos, como discutido por

Bernardino-Costa (2018). Os currículos refletem o contexto social e servem como instrumentos dos sistemas sociais e "condicionamentos históricos" (Sacristán, 2007), já que apresentam uma faceta tanto social quanto educativa.

Acredita-se que a implementação de práticas antirracistas nas escolas possam ser um desafio complexo para os educadores, devido a diversas dificuldades e obstáculos, como a falta de formação continuada, as barreiras culturais e sociais, a falta de recursos didáticos diversificados, a falta de liderança e apoio institucional, além da própria falta de interesse da escola e do comprometimento dos profissionais, contribuindo para a perpetuação do racismo (Madureira, 2021).

Desta forma, para que ocorra a superação das dificuldades com relação a implementação de uma educação antirracista, faz-se necessário que os profissionais estejam comprometidos e queiram adquirir conhecimentos a respeito do tema. Segundo Gomes (2005), a escola, enquanto uma instituição que trabalha com processos de formação humana, continua dando ênfase aos saberes escolares esquecendo que o humano constitui-se de valores, emoções, representações entre outras, as quais se inserem as diversidades étnico raciais. Nesta pesquisa objetiva-se refletir sobre as dificuldades encontradas por profissionais da educação infantil para que possam propor práticas antirracistas com vias a estimular o compromisso com a busca de conhecimento e ações práticas para a transformação da sociedade, tornando a decolonização do nosso modo de viver um ato de cidadania.

1.3 Objetivo geral e objetivos específicos

Para alcançar o proposto objetivo geral faz-se necessário entender as abordagens acadêmicas e suas principais contribuições para a promoção da igualdade racial e a construção de práticas educacionais antirracistas; verificar as dificuldades e limitações enfrentadas por profissionais da educação infantil na implementação de práticas antirracistas em sala de aula; estimular reflexões críticas sobre as questões raciais em nossa sociedade a fim de promover a conscientização sobre a importância das práticas antirracistas e auxiliar os profissionais na aquisição e na transmissão dos conhecimentos antirracistas, a fim de identificar lacunas que estejam impossibilitando essas práticas.

Nesta perspectiva, esta pesquisa enxerga o racismo estrutural como um problema que afeta toda a sociedade brasileira, segundo Silvio Almeida (2019), o racismo não é apenas um conjunto de atitudes individuais de preconceito, mas sim um sistema complexo e arraigado nas estruturas sociais, políticas e econômicas. O autor argumenta que o racismo está enraizado em várias instituições e práticas cotidianas, o que o torna uma parte intrínseca da sociedade

contemporânea. Desta maneira, o autor relata a importância de reconhecer e compreender o racismo estrutural como um primeiro passo crucial para a luta pela igualdade racial e a promoção de políticas que possam efetivamente abordar e desmantelar essas estruturas de opressão.

Desta maneira, pode-se dizer que a escola é paradoxal, de forma que é universal, imagina-se que seus conhecimentos sejam neutros, quando na verdade estão imersos sobre determinados valores e padrões europeus, que sobrepõem a cultura dos colonizadores sobre os colonizados (Santos, 2019).

Sendo assim, considera-se que a colonialidade[1] implica na disseminação do pensamento colonial e se manifesta por meio das relações do poder, do saber e do ser (Ballestrin, 2013), a colonialidade do poder envolve a categorização dos povos com base em determinados traços físicos estabelecidos e impostos pelo pensamento Ocidental (Quijano, 2005); a colonialidade do saber é determinada pela negação ou invisibilidade das produções intelectuais dos países marginalizados (Lander, 2005), por fim, a colonialidade do ser diz respeito a vivência da colonização e o seu impacto na linguagem (Maldonado-Torres, 2007).

A partir das discussões sobre propostas curriculares antirracistas, destaca-se Rufino (2019), através de uma abordagem acadêmica intitulada "Pedagogia das encruzilhadas: Exu como Educação", através da ideia de uma encruzilhada que cruze Norte e Sul enquanto área de conflitos e tensões, em referência ao pensamento de Boaventura de Souza Santos (2019). E evidencia a urgência uma agenda política que aborde a respeito dos vínculos e os efeitos da colonialidade na educação de um mundo diverso e inacabado, além de sugerir abordagens de transgressão, por meio do reforço de uma educação intercultural e da promoção de práticas pedagógicas decoloniais (Rufino, 2019).

A visão de Quijano (2005), reforça a proposta de uma Epistemologia do Sul (Santos, 2019) ao afirmar que a transformação dos cenários políticos depende da libertação da perspectiva eurocêntrica imposta pela colonialidade. Esta abordagem questiona a valorização do conhecimento produzido por grupos historicamente marginalizados, promovendo a visibilidade de outras formas de saber (Santos, 2019), neste contexto surgem movimentos como

[1] A Colonialidade equivale a um padrão colonial de poder, é um complexo de relações que envolve a retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade (Mignolo, 2017).

programa de investigação MC (Modernidade/Colonialidade[2]) e a proposição de um "giro decolonial"[3] (Ballestrin, 2013).

Desta forma, entende-se a escolha desta pesquisa sobre o pensamento decolonial, que busca estimular a procura pelo conhecimento da formação de nossa sociedade, de forma que eleve as reflexões críticas sobre as questões raciais da atualidade, a fim de promover a conscientização sobre a importância das práticas antirracistas.

O ambiente escolar é um importante colaborador para a disseminação de prática antirracistas, segundo a filósofa e ativista brasileira Djamila Ribeiro (2019), a educação antirracista é um conjunto de práticas e políticas educacionais que têm como objetivo combater e eliminar o racismo, promovendo a equidade, a justiça e o respeito à diversidade racial.

A partir de um critério de relevância, esta pesquisa busca verificar as dificuldades e limitações enfrentadas por profissionais da educação infantil na implementação de práticas antirracistas em sala de aula. A autora Djamila Ribeiro (2019) compreende que a prática antirracista é um esforço consciente e contínuo para desmantelar estruturas e sistemas que perpetuam a discriminação racial e para construir uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Além disso, segundo Djamila Ribeiro (2019), a educação antirracista busca criar um ambiente educacional que seja inclusivo, equitativo e que promova a justiça social, reconhecendo e enfrentando as desigualdades e injustiças que surgem a partir das hierarquias raciais. Para tanto, entende-se como necessário auxiliar os profissionais na aquisição e na transmissão dos conhecimentos antirracistas, a fim de identificar lacunas que estejam impossibilitando essas práticas.

Essa pesquisa oferece benefícios significativos, destacando a promoção da conscientização e uma compreensão mais aprofundada do tema em questão. Ao participar de diálogos informados e engajados sobre o racismo e a educação antirracista, os envolvidos podem sentir-se capacitados para enfrentar e combater a discriminação racial em suas próprias esferas de influência. Além disso, ao fomentar a educação antirracista, os profissionais da educação podem se tornar defensores da inclusão e da diversidade em uma variedade de

[2] O Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) é um coletivo de pensadores e acadêmicos que se dedica ao estudo e à reflexão crítica sobre as relações entre modernidade, colonialidade e poder na América Latina. O grupo propõe uma abordagem interdisciplinar e descolonial para analisar as estruturas de dominação, exclusão e opressão presentes na região, buscando promover uma compreensão mais ampla e complexa das dinâmicas sociais, culturais e políticas latino-americanas (Ballestrin, 2013).

3 O conceito de "giro decolonial" é fundamental no contexto latino-americano, pois representa um movimento de resistência teórica, política e epistemológica à lógica da modernidade/colonialidade e sua aplicação na América Latina visa descolonizar o pensamento e as práticas, questionando as estruturas de poder e dominação historicamente presentes na região (Ballestrin, 2013).

contextos, cultivando um maior respeito e tolerância em relação às vivências e perspectivas de indivíduos de diferentes origens étnicas e culturais.

1.4 Riscos

A presente pesquisa entende, enquanto riscos aos participantes envolvidos, a possibilidade de insegurança por temerem que seus dados sejam revelados ou um possível desconforto ao responder temas relacionados ao racismo. Para mitigar esses riscos, adota-se uma abordagem sensível, respeitosa e empática na condução da pesquisa. Pretende-se deixar claro aos participantes que eles têm liberdade para participar ou não da pesquisa e que não terão seus dados pessoais revelados ou opiniões identificadas, serão apontados apenas como P1, P2, P3, e assim por diante.

Desta forma, a escolha deste tema favorece o trabalho docente e dos demais colaboradores da escola, além disso, esta pesquisa enquanto uma abordagem acadêmica é relevante para a mensuração do tema proposto, visto enquanto uma forma de promover um enfrentamento ao racismo e trabalhar em direção a uma sociedade mais inclusiva.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo encontra-se dividido em três tópicos e propõe discussão a respeito das regulamentações, normas e novos paradigmas que norteiam a educação infantil no Brasil, os contextos e motivações para implementação da educação antirracista e a perspectiva decolonial como um novo olhar para as questões relacionadas as práticas antirracistas e neste contexto delimitadas para a educação infantil.

Inicialmente, ao debater a questão da legislação, percebe-se a importância das políticas públicas estarem voltadas para as questões raciais. Ao analisar as políticas públicas, compreende-se melhor a história e os contextos que geraram as lacunas ainda presentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, reconhece-se a urgência de alterar o status quo e, por meio de novos paradigmas, buscar novas práticas que possam mudar as percepções e sentimentos em relação à população negra, reconhecendo sua contribuição integral para a sociedade brasileira.

O levantamento bibliográfico relacionado à pesquisa foi feito a partir da leitura de documentos regulatórios voltados para a educação infantil e para educação antirracista, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEF) (BRASIL, 1998); o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei n° 9394/96 (BRASIL, 1996); Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (BRASIL, 2017) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER), através do Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004).

As legislações que apoiam parte desse estudo são importantes para as práticas antirracistas, essas regulamentações trazem as inclusões, conscientização e reconhecimento aos negros como parte da população brasileira, além disso, fazem a promoção a justiça, protegem o direito e combatem as discriminações, segundo o Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004).

Esta pesquisa destaca alguns autores, dentre tantos outros, que foram utilizados como base para o progresso desta dissertação, a saber, a pedagoga brasileira Nilma Lino Gomes, que disserta sobre o movimento negro e a educação; o filósofo e advogado brasileiro Silvio Almeida, que discute o racismo estrutural; o educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, que influencia com a pedagogia crítica, a filósofa feminista brasileira Djamila Ribeiro, que colabora para reflexões acerca das práticas antirracistas, o sociólogo e pensador humanista peruano Anibal Quijano, enquanto criador do conceito da colonialidade do poder; assim como o semiólogo e professor de literatura argentino Walter Mignolo e o filósofo porto riquenho Nelson Maldonato Torres, ambos referências no campo do pensamento decolonial.

Os autores escolhidos nesta pesquisa destacam-se por participarem das lutas políticas e se dedicarem as pesquisas com análises aprofundadas sobre o tema. Esses autores forneceram um arcabouço para este estudo, começando com esclarecimentos sobre a temática, progredindo para a reflexões do pensamento e culminando em uma comunhão de ideias promovida pela pesquisadora. Por fim, encerra-se com uma crítica direcionada para impulsionar movimentos de mudança.

2.1 Educação infantil no Brasil: regulamentações, normas, novos paradigmas

A educação infantil já foi conhecida por uma educação pré-escolar, utilizada no Brasil até a década de 1980, refletia a concepção de uma fase anterior, independente e preparatória para a escolarização, a qual apenas se iniciaria no ensino fundamental, portanto, estava fora do âmbito da educação formal (BRASIL, 2018).

Algumas leis regem a educação infantil. A lei maior do país é a Constituição Federal de 1988, estabelece os princípios e diretrizes gerais da educação, reconhece a educação infantil como um direito fundamental da criança e garante a sua oferta de forma gratuita e obrigatória (BRASIL, 2009).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), n° 9394, foi promulgada em 1996 e é a principal regulamentadora de todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive a educação infantil que foi integrada à educação básica, unindo-se ao ensino fundamental e médio. Em 2006, uma emenda à LDB que antecipa o ingresso no Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, resultando na Educação Infantil passando a atender crianças de zero a 5 anos (BRASIL, 2006). A LDB estabelece as diretrizes e princípios que devem ser seguidos na oferta da educação infantil e tem a finalidade no desenvolvimento integral, aspectos físico, psicológico, intelectual e social, visando a complementação da ação das famílias e da comunidade (BRASIL, 1996).

Desde então, a educação infantil tem passado por um profundo processo de revisão de concepções, sobre a educação de crianças em ambientes coletivos. Isso inclui a seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas que sirvam como mediadoras do aprendizado e desenvolvimento das crianças. Em particular, as discussões têm se concentrado na orientação do trabalho com crianças de até três anos em creches, bem como na garantia de práticas adequadas para crianças de quatro e cinco anos, que considerem a continuidade no processo de

aprendizagem e desenvolvimento, sem antecipação de conteúdos destinados ao Ensino Fundamental (BRASIL, 2009).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) foram estabelecidas pela Resolução n° 5 de 17 de dezembro de 2009, através do Ministério da Educação, pela Secretaria de Educação Básica e têm como objetivo orientar na elaboração dos currículos, estabelecendo princípios pedagógicos, objetivos e competências a serem desenvolvidas fornecendo subsídios e orientações relevantes para o campo educacional levando em consideração os princípios norteadores da educação infantil[4] (BRASIL, 2009).

Outro regulamento de extrema importância é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), criada em 2017, é um instrumento normativo que estabelece de maneira orgânica e progressiva as aprendizagens essenciais, para todos os estudantes, que devem adquirir ao longo das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica. Seu propósito é garantir que os alunos tenham assegurados os seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE)[5] (BRASIL, 2014). Neste documento aplica-se à educação escolar, como definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394/1996 e está orientado pelos princípios, já citados no parágrafo anterior, das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Com a BNCC, busca-se elencar a qualidade da educação de forma que ocorra a superação da fragmentação das políticas educacionais através do fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo (BRASIL, 2017).

Na BNCC é de grande importância a orientação para educação infantil onde são assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento que são divididos entre os campos de experiência[6]. Em cada campo de experiência são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, organizados em três grupos por faixa etária[7] (BRASIL, 2017).

Dentre todas as regulamentações citadas, entende-se a etapa da educação infantil como bem amparada pelas legislações vigentes e de fácil acesso ao público em geral, proporciona um

[4] Os princípios norteadores são: Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

[5] O Plano Nacional da Educação, Lei nº 13.005/2014, é um planejamento para o desenvolvimento da educação que estabelece metas e estratégias a serem alcançadas de forma a garantir a ampliação do acesso, a qualidade e a universalização da educação infantil abrangendo diretrizes específicas.

[6] Os campos de experiência são cinco: O eu, o outro e o nós. Corpo, gestos e movimentos. Traços, sons, cores e formas. Escuta, fala, pensamento e imaginação e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

[7] Os grupos por faixa etária são: bebês de 0 a 1 ano e 6 meses, crianças bem pequenas de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses e crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses.

entendimento amplo para o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos nesta primeira etapa da educação básica.

2.2 Educação infantil antirracista: contextos e motivações

Segundo Brandão (1995), a educação é uma criação do homem, feita para sociedade que está inserida e seus códigos sociais e as interrelações entre seus membros determinam como a educação é pensada, criada e posta a funcionar, através da criação das leis de ensino que determinam os conteúdos a serem trabalhados.

A educação reproduz a sociedade ao qual está inserida, se a sociedade é classista e excludente, apresenta-se como legítima e voltada para o bem de todos, mas genuinamente consagra a desigualdade de deveria excluir, reproduzindo a desigualdade social existente na sociedade (Brandão,1995). Neste sentido, a reinvenção da educação faz-se necessária, podendo ser refeita, repensada e reinventada. Segundo Paulo Freire (2019a), ao fazer a crítica à educação capitalista, através da educação bancária[8], educador e educando se tornam meros arquivadores de determinados conhecimentos sem criatividade ou transformação, fazendo com que o saber não exista e para que esse saber passe a existir, faz-se necessária a reinvenção e a busca inquietante da humanidade com o mundo.

Existem diferentes modelos de educação e isso não significa dizer que um sobrepõe-se a outro, segundo Brandão (1995) as diferentes sociedades e culturas abrangem seus ensinamentos e muitas vezes não ocorrem somente em escolas. Neste sentido, o autor explica que além dos modelos próprios de educação, há sociedades que foram formadas pela dominação de um povo sobre outro e utilizam a educação como recurso desta dominação (Brandão, 1995).

O Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004), destaca a educação como um importante colaborador para uma sociedade mais justa e entende a formação da sociedade brasileira por diferentes grupos tornando-se pluricultural e étnico-racial, que privilegia a branquitude[9] e valoriza as raízes europeias. Segundo Quijano (2005) a ideia de raça foi uma maneira de legitimar as relações de dominação, impostas pelos colonizadores europeus, que levaram ao eurocentrismo e as práticas através das relações que se deram, a superioridade dos dominantes e a inferioridade dos dominados em suas culturas, seus traços fenotípicos e suas histórias.

[8] A educação bancária é a ação que faz o educador ao depositar saberes prontos que serão arquivados pelos educandos, nesta educação o educador é o depositante e os educandos os depositários (Freire, 1986).

[9] A pesquisadora Ruth Frankenberg define: "a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo". (Frankenberg, Piza, 2004).

Assim, o autor compreende a raça como primeiro critério de classificação social da população, orientando os níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da sociedade colonizada.

Segundo Moura (2020), na sociedade colonizada, as relações estabeleciam-se nos critérios entre etnia e os valores sociais, os papéis culturais e status que resultaram em uma complexa rede de relações, surgiram critérios que definiram a posição de cada grupo étnico e estabeleceu-se uma estrutura onde, na base, encontrava-se a população escravizada, inicialmente das etnias nativas e mais tarde dos africanos e seus descendentes, enquanto nas camadas intermediárias surgiam as diversas formas de mestiçagem e no topo os colonizadores (Moura, 2020).

As populações étnicas dominadas foram efetivamente impedidas de ascender socialmente, inclusive pela implementação de mecanismos que as mantiveram nesse estado, mesmo com o aumento da miscigenação. Além disso, todo o aparato administrativo, militar e religioso foi estruturado para perpetuar os valores de dominação étnica concedidos pelo colonizador a cada grupo miscigenado. Destacando-se como são exercidos até hoje, os mecanismos de inferiorização étnica, criados pelos primeiros colonizadores ainda se mantem através de estratégias para alguma forma de controle (Moura, 2020). Neste sentido entende-se que a exploração dos grupos étnicos subalternizados, pelos colonizadores europeus, marca a história por injustiças, preconceitos e discriminações que perduram até hoje e estão postas inclusive no sistema educacional.

Com relação à educação, na sociedade brasileira, ocorreram muitas mudanças significativas, segundo Gomes (2017), e foi uma grande conquista o acesso às escolas, vista como um direito social negligenciado aos negros e negras brasileiros. A autora entende o importante papel do Movimento Negro por meio de seus militantes e lideranças, através de suas articulações politicamente organizadas, para superação ao racismo e ocupação de diferentes espaços na sociedade, com a valorização da identidade cultural e da história dos negros no Brasil e os enfrentamentos pela sociedade racista, hierarquizada e patriarcal (Gomes, 2017).

O Movimento Negro há muito tempo debate sobre as questões que permeiam a sociedade brasileira, por fazer parte de uns dos processos de colonização, que ocorreram na América Latina e no mundo (Gomes, 2017). Os movimentos e os intelectuais que o formam, questionam o racismo como uma estrutura das relações sociais, que cria desigualdades e nega direitos (Ribeiro, 2019).

O racismo estrutural é entendido por Almeida (2019) como um sistema complexo enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas, em várias instituições e nas práticas

cotidianas, o que o torna uma parte intrínseca da sociedade contemporânea, opera em diversos setores, como no sistema jurídico, no mercado de trabalho, na educação e na mídia, destacando como as estruturas, muitas vezes, perpetuam desigualdades sistemáticas entre diferentes grupos étnicos (Almeida, 2019).

Neste sentido, ao entender que a estrutura da sociedade está inserida em um contexto racista, incluindo a educação e suas instituições, entende-se a urgência em fomentar a educação antirracista. Segundo a autora Ribeiro (2019), a educação antirracista forma um conjunto de práticas e políticas educacionais com o objetivo de combater o racismo provendo a equidade, a justiça e o respeito à diversidade racial.

As práticas antirracistas consistem em um esforço consciente e contínuo para desmantelar as estruturas e os sistemas que perpetuam a discriminação racial (Ribeiro, 2019). Para tanto, faz-se necessário a não perpetuação do mito da democracia racial[10], que segundo Munanga (2016), faz-se presente na sociedade brasileira, que não se considera racista. Fundamentando-se em um racismo que se constrói na negação do próprio racismo, relacionando-se diretamente ao processo educativo. Além disso, segundo Gomes (2017) a democracia racial, aparentemente entendida como um discurso democrático, destaca a igualdade entre as raças visto de forma homogeneizada, que naturaliza as diferenças e a subalternidade existente entre elas.

Segundo Bento (2000), a negação ao racismo surge frequentemente quando não há interesse no enfrentamento de uma determinada realidade, significa ter de realizar mudanças. Neste sentido, reconhecer que muitas vezes o mérito, na verdade, é privilégio de uma sociedade racializada, onde ser branco faz diferença, que se mantém mesmo quando se vive a mesma condição financeira, os privilégios estão voltados para os brancos, que em alguma instância são beneficiárias do racismo (Bento, 2000).

Neste sentido, percebe-se a escola como uma instituição imersa em uma cultura e propagadora das manifestações que emanam dessa cultura. Segundo Almeida (2019), as instituições escolares estão integradas na lógica do racismo estrutural e desta forma manifestam o racismo, entende-se que a escola não está isenta, há uma responsabilidade com relação a essa problemática, espera-se que as instituições façam a divulgação e produção de conhecimentos a respeito das práticas antirracistas. Além disso, a condução de uma reeducação das relações

[10] O mito da democracia racial refere-se ao entendimento que no Brasil, pelo fato de ser um país miscigenado, não existe racismo, ou seja, há uma falsa ideia de um estado de equidade entre os cidadãos e de igualdade entre as raças, sem a distinção por gênero ou etnia (Gomes, 2017).

étnico-raciais, através da formação de atitudes, posturas positivas e valores que permitam que todos sintam-se incluídos, de forma que sejam respeitados e valorizados (Ribeiro, 2019).

Segundo o Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004), as fundamentações históricas, sociais e antropológicas brasileiras devem fazer parte da política, abrange-se o currículo escolar, propõe-se à divulgação e produção de conhecimentos que fomentem a formação de atitudes e valores, educando cidadãos conscientes de seu pertencimento étnico-racial, sejam eles descendentes de africanos, de indígenas, de europeus e de asiáticos, de forma que possam interagir na construção de uma nação verdadeiramente democrática, com seus direitos garantidos e suas identidades valorizadas.

A educação antirracista juntamente com o combate ao racismo estão presentes na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE). Vale ressaltar que em 2003, foi criada a Lei nº. 10.639 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, bem como a educação das relações étnico-raciais na educação básica. Destaca-se o Parecer CNE/CP 003/2004 e a Resolução 001/2004 que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, além do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes, elaborado e publicado pelo Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2009, orientam a efetivação das leis no cotidiano escolar. Destacam-se ainda o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e a Lei de Cotas para ingresso nas universidades e instituições de ensino técnico federais (Lei nº. 12.711/2012), frutos dos esforços dos movimentos sociais antirracistas.

Neste estudo a educação infantil que tem em sua trajetória a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) que foram o alicerce como direito social fundamental à promoção e consolidação de direitos humanos, o valor de cidadania e dignidade da pessoa humana para torna-se meio de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, nacionalmente desenvolvida, que busca a erradicação da pobreza, da marginalização e das desigualdades sociais. (BRASIL, 1988). A partir da promulgação da Constituição Federal, em 1988, o Brasil acumulou leis, referenciais, diretrizes e bases como forma de organização e implementação de um currículo para as infâncias.

Conforme estabelecido no Artigo 205 da Constituição Federal, é dever do Estado assegurar, por meio da educação, igualdade de direitos para o pleno desenvolvimento de todos

os indivíduos, sem distinção. Sem a intervenção efetiva do Estado, os considerados marginalizados, dentre eles os afro-brasileiros, enfrentam dificuldades significativas para superar um sistema meritocrático que, em vez de promover equidade, perpetua desigualdades e injustiças ao basear-se em preconceitos e na manutenção de privilégios para determinados grupos privilegiados, destaca o Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004).

No que diz respeito às políticas educacionais de reparação voltadas para a comunidade negra, o Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004) destaca a necessidade de oferecer garantias de acesso, permanência e êxito na educação escolar, além de valorizar o rico patrimônio histórico e cultural afro-brasileiro. Para que as instituições de ensino desempenhem efetivamente seu papel na formação dos indivíduos, é fundamental que se tornem espaços democráticos de produção e disseminação de conhecimento, promovendo atitudes voltadas para uma sociedade justa. A escola desempenha um papel essencial na erradicação da discriminação e no empoderamento dos grupos marginalizados, ao proporcionar acesso a conhecimentos científicos e culturais diversos em ambientes democráticos e igualitários. Comprometida com a promoção da igualdade social e racial, a escola assume um importante papel na luta pela eliminação das disparidades.

O racismo, as desigualdades e discriminações existentes na sociedade, não nascem nas salas de aula, mas perpassam pelas escolas e devem ser combatidos. Neste sentido, os profissionais da educação devem refletir a respeito das próprias práticas e a forma como reproduzem o contexto cultural e social nas salas de aulas. Segundo Webb (2001), auxiliar os professores na compreensão de suas próprias suposições e crenças sobre outros grupos raciais e étnicos é um passo significativo para ajudá-los a entender como sua prática pedagógica pode ser ajustada para atender às necessidades de todas as crianças. Além disso, é fundamental que sejam capacitados na criação de estratégias pedagógicas que possam contribuir para a desconstrução dos preconceitos, conforme ressaltado no Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004).

2.3 Educação infantil antirracista sob uma perspectiva decolonial

Ao tratarmos das práticas antirracistas na educação infantil entende-se um movimento complexo que abrange tudo que está em torno dos bebês e das crianças bem pequenas, segundo Bakhtin (1992) ao afirmar que as informações que vem do mundo exterior, desde o próprio nome, até o que permeia a consciência, são transmitidas por outras pessoas, como a mãe, por exemplo, e são entregues aos pequenos com a entonação e o tom emocional dos valores dessas pessoas. O que está verbalizando-se vem acompanhado de sentimentos, vivências e expressões

não verbais e segundo o autor a consciência tomada pelas crianças ocorre através das pessoas que falam, a maneira pela qual falam e entonação utilizada servirão para formação da representação que as crianças terão de si mesmo. É na linguagem, na relação com o outro, que sentidos são produzidos e os processos de subjetivação se efetivam (Bakhtin, 1982).

A teoria de Vygotsky afirma que o homem se constitui através da interação com o meio, ou seja, numa perspectiva sociocultural, essa interação é considerada uma relação dialética, pois além de internalizar a cultura, a qual está inserido, intervém e a transforma (Vygotsky, 1996). E no desenvolvimento da linguagem, Vygotsky nos explica sobre a relação com o pensamento, pois pelas palavras o pensamento ganha existência (Miranda; Senra, 2012).

Neste sentido, na teoria de Vygotsky, as funções psicológicas têm um suporte biológico e as estruturas do cérebro são moldadas ao longo do desenvolvimento social e individual, o funcionamento psicológico segue uma base das relações sociais que estão dentro de um contexto histórico, onde a cultura é a parte essencial desse processo (Stadler et al, 2004). Os seres humanos são agentes ativos, inseridos em um contexto social que criam as suas relações sociais, entendendo-se o desenvolvimento humano como uma produção social e histórica. (Rego, 1995).

Desta maneira, busca-se entender a importância da educação infantil e as aprendizagens, pois desde muito cedo, as crianças bem pequenas já apresentam uma identidade negativa perante seu pertencimento racial (Cavalleiro, 2003). E como nos afirma Santiago (2016), para que haja mudança nas creches, deverá ocorrer uma ruptura com a educação etnocêntrica e uma aquisição das linguagens infantis só assim será possível criar elementos que possibilitem novas práticas antirracistas presentes nos cotidianos escolares.

O racismo existe na educação infantil, as crianças bem pequenas percebem o racismo presente, através das posturas pedagógicas adotadas pelas instituições de ensino, essas crianças deixam explícito a resistência de diversas formas, através do choro, das brigas, da desestabilização da ordem, procurando uma saída para uma condição desigual. (Santiago, 2014).

Segundo Freire (2019b), a educação é utilizada como mecanismo de dominação, não é neutra, seu fazer está marcado por questões políticas e sociais que ao ser imposta opera como um veículo reprodutor de rótulos depreciativos. Para que haja um rompimento deste processo, este estudo escolheu como opção os pensamentos decoloniais[11]. Busca-se entender e não aceitar

[11] O pensamento decolonial é um pensar aberto as pluralidades, desprendido de uma única lógica, (modernidade capitalista), que busca o direito à diferença abrindo o pensamento para o outro (Mignolo, 2007).

o que está posto, oriundo do eurocentrismo, pensar novas formas de escutas e olhares, compreender as linguagens infantis e problematizar as concepções pedagógicas para que não ocorra uma reprodução das desigualdades (Santiago, 2016).

A forma em que se apresenta uma educação decolonial é movimentada por uma formação e uma análise crítica acerca do modelo de educação hegemônica, onde não está inserida a história de vida dos alunos, conduzindo-se a reprodução de um padrão de cidadão na sociedade (Silva, 2020).

Partindo desses pressupostos, constata-se que uma aprendizagem significativa precisa relacionar-se com os educandos e a sua realidade que será utilizada como um eixo orientador para os educadores, que deverão partir do movimento das relações homem-mundo (Freire, 2019a). O mundo do educando deve fazer parte do aprendizado e ser valorizado, de forma que os alunos sintam-se representados na escola (Santiago, 2016). Nesta perspectiva, faz-se urgente a promoção de novas práticas educacionais de forma que as pessoas que foram e ainda são postas como subalternas possam assumir um papel de protagonismo na sociedade (Silva, 2020).

Cabe ressaltar, que as produções infantis não são independentes das culturas adultas, recebem influência em vários aspectos, como as relações de poder, as divisões de classes, as desigualdades de gênero e o racismo, presentes na sociedade e nas relações vivenciadas pelas crianças (Santiago, 2016). Neste sentido, constata-se que as práticas educativas devem estar pautadas para o mundo real, ao qual os educandos estão inseridos, e o espaço escolar, social e comunitário devem complementar-se para que estas práticas efetivem uma aprendizagem significativa (Silva, 2020).

Segundo Freire (2019a), a prática da educação bancária enxerga o aluno como um ser vazio que necessita de depósitos, esses depósitos seriam feitos pelos professores e são apresentados como superiores aos conhecimentos já adquiridos pelos alunos, que possuem sua cultura, história e experiências, fazendo-nos perceber a presença da colonialidade, em que o padrão imposto é associado a algo positivo e evoluído. Enquanto o ser colonizado é visto na posição de inculto e primitivo. Essa construção tem origem no eurocentrismo e indica a modernidade para legitimar seus padrões, impondo com violência e exploração, justificando-se pelo progresso e o desenvolvimento. Em contrapartida a descolonialidade[12] busca fazer frente aos padrões opressores que se estruturam através de uma pseudoneutralidade universal (Mignolo, 2017).

[12] Descolonialidades é um conceito que teve sua origem no terceiro mundo, trata-se de outra opção além daquela eurocentrada. E descolonialidade é a resposta necessária as promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade (Mignolo, 2017).

Ao tratarmos da educação relacionando ao conceito decolonial, busca-se enxergar novas soluções para construção de caminhos a serem percorridos por indivíduos que tiveram suas identidades marginalizadas, e com isso buscar um novo olhar e uma nova prática que indique a construção das relações que enalteça a valorização, a equidade e o respeito às diferenças de cada indivíduo. Desta forma, a educação decolonial surge como proposta para produção de um modo de pensar, independente da imposição das epistemologias hegemônicas que ainda são consideradas como pensamento e conhecimento universal (Silva, 2020).

Segundo Mignolo (2017), a modernidade, a colonialidade e a descolonialidade são três palavras que constituem um conjunto complexo de relações de poder, a colonialidade é composta por fenômenos e processos que estruturam as mentalidades humanas e sugerem uma forma de pensar guiada pelo padrão hegemônico eurocêntrico, e a modernidade é destacada como um bem coletivo que precisa ser posto em prática para o pleno desenvolvimento da sociedade. Por sua vez, a descolonialidade busca confrontar essas imposições desumanizadas, que exterminam e silenciam os subalternizados.

Segundo Freire (2019a) a analogia metrópole colônia e opressor oprimido, refere-se aos processos opressivos de invasão cultural e dominação econômica e cultural, que muitas vezes apresentam-se como um auxílio ou uma ajuda por parte do invasor. Essa invasão é denominada por Paulo Freire como uma estrutura opressora, vivenciada pelos países da América Latina. Essa invasão se destaca sobre alguns elementos, que são compostos pela razão dos opressores e internalizados pelos oprimidos como verdadeiros, por exemplo, a concordância da estrutura social desigual e considerada imutável, a situação miserável como fatalidade e não como injustiça, dentre outros. Além disso, o autor expressa que a visão do oprimido, com relação ao opressor, é contraditória, pois acredita que o ideal é poder um dia chegar a ser como o opressor (Freire 2019a).

Nesse contexto, as propostas humanizadas trazidas por Paulo Freire equivalem a educação decolonial, que tem como premissa uma formação ética e crítica do cidadão, de forma que haja contestações acerca dos padrões preestabelecidos que geram as discriminações e violências. Essa educação contribui para o desenvolvimento de uma consciência reflexiva, que por meio da ação possa enveredar-se aos novos parâmetros para sua existência, esse processo busca dar soluções para inibir a prática desumanizada e impedir o oprimido de ser mais[13] (Freire, 2019b).

[13] Segundo Paulo Freire o "ser mais" significa humanizar enquanto vocação de todo ser humano, um desafio para libertação dos oprimidos (Freire 2019a).

Neste processo ao propor uma busca de soluções para inibir a prática desumanizada nas instituições de ensino, Paulo Freire aponta o conceito de "ser mais" que abrange os professores e os alunos, para juntos se formarem e partirem para uma ação consciente com objetivo de libertarem-se da opressão e assim buscar a mudança de atitudes, para aflorar uma educação digna, humanizada e consciente (Freire, 2019b).

Segundo o Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004), o reconhecimento e valorização das pessoas negras, implica justiça, direitos sociais, civis, culturais e econômicos iguais, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros, dos outros grupos que compõem a população brasileira. Para que isso aconteça, deverá haver mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, ou seja, um novo olhar (BRASIL, 2004).

Com relação à educação atribui-se a responsabilidade de acabar com a redução e ocultação ao tratar da contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira e com responsabilidade comprometer-se com o entorno sociocultural da escola, com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais e a garantia do direito de ampliar conhecimentos, sem serem obrigados a negarem-se e a adotar costumes e comportamentos que lhes são contrários (BRASIL, 2004).

Segundo Oliveira (2004) o racismo existe desde o berçário e refere-se ao tipo de tratamento, afeto e carinho que as crianças bem pequenas recebem dentro das creches. A autora aponta, em sua pesquisa, que as questões raciais estão nas práticas educativas ocorridas nas creches, as crianças negras são tratadas de formas diferentes das crianças brancas, em um processo de exclusão, como por exemplo, o recebimento de um carinho diferenciado.

Nesse contexto, vale ressaltar que o racismo embora não se inicie na educação infantil, conta com esse ambiente para seu reforço, fazendo surgir as diferenças sociais pautados nos fenótipos e emergindo os processos de exclusão. As crianças aprendem os padrões estabelecidos pela sociedade, ainda bem pequenas, sendo inseridas nos aparatos que fazem a regulação social, onde cada sujeito tem seu espaço determinado pela ideologia capitalista, passando a assumir as imposições determinadas pela sociedade (Louro, 1997).

O sistema colonial cria imagens eurocêntricas como referência fazendo com que o racismo seja o legitimador da aculturação forçada, tornando as pessoas negras inferiores baseadas em seus fenótipos (Santiago, 2015). Neste sentido, já que não há referências do patrimônio cultural afro-brasileiro nos ambientes das creches, as crianças negras são impedidas de reconhecerem-se e são tomadas por essa ideologia racial eurocentrada (Bento, 2012).

A proposta para uma educação decolonial surge como um grande aliado para o combate da realidade racista existente nas escolas, é necessário que a pedagogia construa novas práticas educativas. O processo de ruptura com os mecanismos racistas contribui para que as crianças negras construam imagens positivas da sua ancestralidade e as crianças não negras tenham respeito pela história e por toda a cultura e costumes trazidos pelos africanos e mantidos pelos afro-brasileiros (Gusmão, 1999).

Sendo assim, a educação decolonial é uma proposta à construção de pedagogias descolonizadoras, que sejam favoráveis a práticas educativas que não contribuam para legitimação do racismo e reprodução das desigualdades. Para que haja novas práticas decolonizadas com as crianças, são necessários retomar os movimentos históricos que criaram as desigualdades e a inferiorização de determinados fenótipos, dando-nos a possibilidade de superar o que está posto, de forma que sejam descontruídas as imposições ditas como verdadeiras e únicas (Santiago, 2014).

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este capítulo aborda a metodologia adotada nesta pesquisa, além da bibliografia destacada no capítulo anterior, com autores de grande relevância para o tema, neste estudo destaca-se a pesquisa demonstrou-se significativa ao comprovar, através de seus resultados, a importância de um estudo mais detalhado. Em prosseguimento ao estudo, efetiva-se uma revisão narrativa e busca-se considerar vários aspectos relevantes à temática, dentre eles, o entendimento a respeito do tema nas academias. Ao final tem-se a produção de um e-book, enquanto resultado para as questões relevantes encontradas no processo deste estudo.

Este capítulo está segmentado em quatro partes, a saber: 3.1 Alicerce da pesquisa; 3.2 Revisão narrativa; 3.3 Técnicas para análise de dados; e 3.4 Contornos inerentes ao produto. Previamente, apresenta-se a pesquisa, a qual analisou-se a possibilidade de desenvolvimento do trabalho. Na sequência, desenvolve-se a revisão narrativa, extraindo-se os dados relevantes para continuidade da pesquisa. Em consequência desses resultados, utiliza-se técnica para análise dos dados levantados, com intuito de apresentar respostas ao objeto desta pesquisa. Finaliza-se com a produção de um e-book como proposta para a resposta ao problema desta pesquisa.

Nesta dissertação aborda-se a questão do racismo na sociedade brasileira e o tema remete-se à construção de caminhos para uma educação antirracista na educação infantil, com foco na prática docente sob uma perspectiva decolonial. Neste sentido, reflete-se sobre a implementação das práticas antirracistas, pelos educadores, na educação infantil.

3.1 Alicerce da pesquisa

A etapa da pesquisa foi elaborada seguindo os passos iniciais de uma investigação, permitindo ao pesquisador avaliar a viabilidade do estudo. Essa fase teve como objetivo principal determinar a relevância do tema para os profissionais da educação infantil em suas práticas pedagógicas e no contexto das iniciativas antirracistas em sala de aula.

Nesta etapa os docentes responderam a oito perguntas, conforme a seguir: 1 - Há quanto tempo atua como docente? 2 - Costuma trabalhar a temática antirracista? 3 - Costuma trabalhar a temática antirracista em qualquer data ou prefere as datas comemorativas ou os projetos pré-determinados? 4 - Conhece algum autor que trata a respeito do tema do racismo? Se sim, cite ao menos um. 5 - Já leu algum livro ou artigo que trata a respeito do racismo? 6 - Se sente apta a trabalhar a temática antirracista? 7 - Teria interesse em conhecer sobre a temática antirracista? 8 - Já ouviu falar da perspectiva decolonial?

Esta fase inicial de pesquisa possibilitou a identificação de direções para a concretização desta dissertação, uma vez que trouxe contribuições relevantes e conceitos de interesse dos docentes, sobre as práticas antirracistas. Os participantes envolvidos responderam às questões de forma voluntária, demonstrando seriedade e respeito pelo estudo.

3.2 Revisão narrativa

Ao explorarmos um tema, é comum encontrarmos resultados conflitantes. Uma abordagem consistente elucida essas controvérsias e basear-se nos estudos de maior qualidade sobre o assunto, auxilia no resultado deste processo (Galvão, 2004).

A revisão narrativa representa um modelo de pesquisa e vale-se de fontes bibliográficas, com o intuito de elencar os resultados de estudos realizados por outros pesquisadores e assim, obtenha-se uma base teórica para um objetivo específico (Rother, 2007).

Neste contexto, a revisão narrativa baseia-se na análise de dados provenientes de artigos científicos e suas respectivas fontes de informação. Este tipo de pesquisa adota uma abordagem qualitativa, caracterizada pela falta de critérios sistemáticos na busca e análise crítica da literatura. Portanto, a seleção dos estudos e a interpretação das informações podem variar de acordo com a subjetividade dos autores (Rother, 2007).

A revisão narrativa ocorreu com consonância aos achados da pesquisa, através das respostas dadas pelos participantes. Foram consideradas e orientadas as questões relacionadas à temática da inclusão com abordagem na perspectiva decolonial, especificamente no âmbito da educação antirracista, a fim de entender como a pesquisa está contribuindo para o tema.

3.3 Técnica para análise dos dados

A análise de dados da pesquisa ocorreu através da técnica descritiva qualitativa, que descreve os dados a partir de documentos, levantamentos e abordagens de campo (Soares, 2022). Portanto, a pesquisa descritiva segue uma linha de ação, que consiste em pesquisar, registrar, analisar e interpretar sem a interferência do pesquisador (Diana, 2021). A análise descritiva fornece uma descrição mais detalhada e para isso coleta-se informações de forma que sejam preenchidas as lacunas e ocorra a compreensão de comportamentos ou opiniões. A análise dos dados se fará por levantamento, buscando as informações sobre práticas e opiniões dos docentes que atuam na modalidade da educação infantil.

Já para a análise dos dados coletados através da revisão narrativa utilizou-se a técnica da análise de conteúdo de acordo com Bardin (2011) a análise de conteúdo propõe um conjunto de instrumentos metodológicos com a categorização, que facilitam a classificação dos elementos de uma pesquisa. A autora nos explica que essa análise pode ser vista como uma

análise de significados com descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação. Para a aplicação desse método deve-se seguir as três etapas que veremos a seguir.

Segundo Bardin (2011), a pré-análise é a primeira etapa, ocorre depois da coleta dos dados para posteriormente ir para a codificação. Nesta etapa verifica-se o que faz sentido analisar e os dados que ainda precisam ser coletados. A segunda fase é a exploração do material, nesta fase, faz-se a codificação e a categorização do material. Deve-se fazer o recorte das unidades de registro, que seriam o tema, o objeto, o personagem, o acontecimento ou o documento e do contexto. Em prosseguimento, faz-se a enumeração de acordo com os critérios estabelecidos anteriormente e na sequência faz-se a categorização para análise temática e na sequência uma codificação para o registro dos dados (Bardin, 2011).

Na terceira fase, tratamento dos resultados obtidos e interpretação, Bardin (2011) nos explica que a interpretação dos resultados pode ser feita por meio da inferência, que é um tipo de interpretação controlada. Segundo a autora, a inferência como técnica de tratamento de resultados é orientada por polos de comunicação que seriam o emissor, o receptor, a mensagem e o canal. E na fase de interpretação dos dados, o pesquisador precisa retornar ao referencial teórico, procurando embasar as análises dando sentido à interpretação.

3.4 Contornos inerentes ao produto

Esta dissertação confeccionou um e-book, como produto resultante a partir dos achados que emergiram do processo da pesquisa. Contornos específicos definiram-se graças à contraposição de informações da pesquisa, juntamente com a revisão narrativa e bibliografia específica.

Neste sentido, os achados da revisão narrativa viabilizaram a consolidação de um e-book inspirado no livro “Pequeno Manual Antirracista” (2019), da filósofa feminista brasileira Djamila Ribeiro, que colabora para reflexões acerca das práticas antirracistas e neste contexto, utilizadas para auxiliar os profissionais na aquisição e na transmissão dos conhecimentos antirracistas.

Desta forma, ao analisar os dados do campo a luz dos dados bibliográficos surgirá como resultado a produção de um e-book, de forma que o produto possa auxiliar os profissionais da educação na aquisição e na transmissão dos conhecimentos antirracistas.

4. PESQUISA

A pesquisa, em sua fase inicial, compreende os primeiros passos em direção ao tema em questão. Este estudo envolveu a aplicação informal de questionários a professores de uma instituição municipal de educação infantil. Os resultados obtidos foram fundamentais para o desenvolvimento posterior desta pesquisa, indicando a viabilidade de sua realização.

4.1 Contornos

A pesquisa foi desenvolvida entre docentes que atuam na modalidade da educação infantil. As perguntas foram feitas através do aplicativo "WhatsApp" em 09/10/2023 e as respostas ocorreram entre 09 até 13/10/2023. Distribuiu-se as perguntas para um grupo de onze profissionais e dentre eles, oito retornaram com suas respostas de maneira espontânea e voluntária.

Nesta etapa os docentes responderam a oito perguntas, conforme a seguir: 1 - Há quanto tempo atua como docente? 2 - Costuma trabalhar a temática antirracista? 3 - Costuma trabalhar a temática antirracista em qualquer data ou prefere as datas comemorativas ou os projetos pré-determinados? 4 - Conhece algum autor que trata a respeito do tema do racismo? Se sim, cite ao menos um. 5 - Já leu algum livro ou artigo que trata a respeito do racismo? 6 -Se sente apta a trabalhar a temática antirracista? 7 - Teria interesse em conhecer sobre a temática antirracista? 8 - Já ouviu falar da perspectiva decolonial? As respostas foram organizadas em quatro quadros, conforme veremos no tópico dos achados. Os dados encontrados foram interessantes e se tornaram alicerces para essa pesquisa.

4.2 Dados e achados

Essa pesquisa permitiu o confronto com a realidade do campo e foi basilar para a modelagem de adequações ao projeto. A importância deu-se ao fato de evidenciar o quanto o tema ainda se encontra discreto no âmbito da educação infantil. Neste sentido, alguns achados que emergiram respondem à questão crucial desta pesquisa, que seria entender sobre as dificuldades encontradas pelos profissionais da educação infantil em implementar as práticas antirracistas.

Quadro - 1: Parâmetros da educação infantil

Participantes	**P1**	**P2**	**P3**	**P4**	**P5**	**P6**	**P7**	**P8**
Há quanto tempo atua como docente?	11 anos	12 anos	20 anos	20 anos	12 anos	11 anos	15 anos	20 anos
Qual o seu grau de instrução?	Pós	Pós	Pós	Pós	Pós	Pós	S	Pós

Participantes serão identificados pela letra P (P1, P2, P3, ...). Neste quadro se evidencia tempo de trabalho como docente e grau de instrução (representado EM – ensino médio, S – superior, PÓS - pós-graduação, M – mestrado e D - doutorado)

Fonte: Autoral

No quadro 1, observa-se que os docentes participantes são experientes e nenhum deles atua por menos de dez anos no magistério, inclusive dos oito participantes, três possuem vinte anos de experiência. Evidencia-se neste achado a elevada prática docente dos participantes.

Outro achado evidenciado foi o grau de instrução elevado dos participantes, dentre os oito participantes, apenas um não possui pós-graduação, tornando interessante esse status para participantes que tiveram acesso à educação superior.

Quadro - 2: A prática antirracista desenvolvida na escola.

Participantes	Costuma trabalhar a temática antirracista?	Costuma trabalhar essa temática em qualquer data ou em datas comemorativas ou em projetos determinados?
P1	Na medida do possível, tento de alguma maneira inserir a temática em alguma situação em sala de aula.	Minimamente, em data comemorativa.
P2	Somente em momentos ou datas específicas.	Trabalho mais em datas específicas ou projetos.
P3	Não	Nas datas comemorativas
P4	Não	Geralmente somente quando há projetos ou datas comemorativas
P5	Sim	Qualquer data
P6	Sempre	Sem datas ao longo do ano letivo
P7	Não	As escolas não permitem o trabalho de datas comemorativas. A temática antirracista é um pouco trabalhada nos livros didáticos
P8	Sim. Acho de extrema importância que esta temática venha ser abordada desde a educação infantil. Sabemos que o racismo estrutural já marca a nossa sociedade e que independente da idade é necessário combate o preconceito e valorizar a história de cada cidadão.	Como já sabemos a educação antirracista já é lei e faz parte da grade escolar. Na escola em que atuo realizamos trabalhos de valorização da cultura afros em qualquer data ou período do ano.

Fonte: Autoral

No quadro 2, observa-se que entre os oito docentes, quatro costumam trabalhar com a educação antirracista, três não costumam trabalhar e um trabalha somente em data específica. Através desses achados pode-se entender que a educação antirracista está ganhando espaço nas salas de aula. Em contrapartida, dos oito docentes, quatro participantes trabalham a educação antirracista em datas comemorativas, três trabalham em qualquer data e um respondeu que não trabalha datas comemorativas e que o tema não está nos livros didáticos. Nestes achados evidencia-se a dificuldade, de parte dos docentes, em entender que as práticas antirracistas devem ser diárias.

Quadro - 3: Os conhecimentos da literatura antirracista.

Participantes	Conhece algum autor que trata a respeito do tema do racismo? Se sim, qual?	Já leu algum livro ou artigo que trata a respeito do racismo?
P1	Abdias Nascimento, Ana Maria Gonçalves, Sueli Carneiro, Kabengele Munanga, Chimamanda Ngozi Adichie, Toni Morrison, entre outros	Já. Todos os citados anteriormente
P2	Não me recordo.	Sim, foram mais artigos.
P3	Sim	Não
P4	Sim. Djamila Ribeiro	Não
P5	Sim. Azoilda Loretto da Trindade	Sim
P6	Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Emicida e Lázaro Ramos	Sim
P7	Não	Sim
P8	Infelizmente não, mas vejo o quanto é importante para o educador se apropriar deste tema tão discutido.	Sim. Artigos e livros infantis que tratam desta temática.

Fonte: Autoral

No quadro 3, trata-se do conhecimento que os docentes têm com relação ao tema. Dos oito docentes, três não conhecem nenhum autor que trata da temática antirracista e cinco conhecem autores que tratam dessa temática. E com relação a leitura a respeito do tema, seis dos oito participantes já tiveram acesso a literatura antirracista e dois nunca leram nada a respeito. Fica evidenciado que o tema está abrangente para a maioria dos docentes, em contrapartida o acesso a literatura não envolve todos os profissionais.

Quadro - 4: Conhecimentos a respeito do conceito "perspectiva decolonial".

Participantes	Se sente apta a trabalhar a temática antirracista?	Já ouviu falar a respeito da perspectiva decolonial?
P1	Sim, me sinto	Sim.
P2	Não. Entendo sobre o assunto e importância. Mas acho importante formações sobre o tema e melhores formas de abordá-lo.	Sim, mas de forma ampla, sem ter me aprofundado.
P3	Não	Não
P4	Não, não me sinto preparada para trabalhar o tema.	Não
P5	Mesmo sendo uma mulher negra e entendendo a importância da educação antirracista nas escolas, não me sinto totalmente apta para trabalhar a temática, preciso investir mais em pesquisas e estudos.	Não
P6	Em partes	Sim
P7	Não	Não
P8	Mais ou menos. Sei que tenho muito para aprender e sentir-me segura para combater qualquer atitude e expressão de racismo.	Não. O que seria?

Fonte: Autoral

No quadro 4, observa-se um interessante dado, dos oito docentes, quatro declaram que não se sentem aptos a trabalharem a temática antirracista, três se sentem razoavelmente aptos e apenas um se sente apto. Um outro viés interessante surge ao perguntar sobre os conhecimentos dos docentes a respeito da perspectiva decolonial, que nesta pesquisa foi escolhida, enquanto

uma solução para as práticas antirracistas, dos oito docentes, três declararam conhecer o assunto e cinco declararam não conhecer. Nesses achados, fica evidenciado que a maioria dos docentes se sentem inseguros para trabalhar com a educação antirracista E, a perspectiva decolonial enquanto uma solução, pode ser mais bem difundida entre os docentes, já que a maioria desconhece o conceito.

Com base nos achados evidenciados nos quadros acima, foram selecionadas os termos utilizados para embasar o próximo momento da pesquisa, através da revisão narrativa.

Quadro - 5: Termos que alicerçarão a revisão narrativa de literatura.

Termos selecionados	Relação dos achados na pesquisa
Educação infantil	Esta pesquisa delimitou a educação infantil por ter sido iniciada através dos profissionais que atuam nesta modalidade de ensino.
Práticas antirracistas	No quadro 2 foram evidenciadas, através das respostas dos docentes, que as práticas antirracistas não ocorrem em todas as salas de aula.
Racismo estrutural	No quadro 3 foram evidenciados que o conhecimento a respeito do tema "racismo" é limitado a alguns autores, tornando importante o alicerce do racismo estrutural para o conhecimento destes profissionais.
Perspectiva decolonial	No quadro 4 destaca-se o pouco conhecimento a respeito da perspectiva decolonial.

Fonte: Autoral

Com base nos achados acima, identificaram-se caminhos para materialização desta dissertação – assim, evidenciaram-se termos considerados importantes que alicerçarão a revisão narrativa, conforme representado no quadro 5.

5. REVISÃO NARRATIVA

O tema central desta dissertação remete-se à construção de caminhos para uma educação antirracista e como foco a prática docente sob uma perspectiva decolonial. Com o objetivo de refletir sobre a implementação das práticas antirracistas, pelos professores, na educação infantil, inicia-se pela pesquisa que evidenciou, através dos achados, conceitos importantes que foram os alicerces para a revisão narrativa.

Desta forma, foram selecionadas para realização da revisão narrativa, os termos: racismo estrutural, as práticas antirracistas, a educação infantil e a perspectiva decolonial, a fim de buscar orientações através de artigos acadêmicos que estimulem reflexões críticas a respeito das questões étnico-raciais.

Nesta pesquisa, foram consideradas produções acadêmicas de abordagem qualitativa e exploratória, a fim de realizar uma revisão narrativa. Na análise dos artigos que tratam da temática da perspectiva decolonial com ênfase na educação, foram considerados os seguintes aspectos: título e resumo. A base para realização da pesquisa foi o site Scielo do Brasil. Ao realizar a pesquisa no site, utilizou-se a busca avançada e delimitada com os descritivos "educação antirracista", "decolonial", "racismo estrutural" e "educação infantil". Os parâmetros de pesquisa utilizados foram: idioma português; recorte temporal nos anos de publicação de 2019 a 2023; e tipo de literatura, artigos.

A análise quantitativa dos dados resultantes da busca retornou 47 artigos. Inicialmente os títulos analisados implicaram na exclusão de 29 artigos, conforme relatado na sequência da busca através do número e do assunto, foram excluídos os artigos: 1 (saúde), 3 (sexualidade), 5 (saúde), 6 (saúde), 7 (saúde), 9 (direito), 11 (saúde), 12 (direito), 15 (indígenas), 17 (direito), 19 (saúde), 20 (saúde), 22 (saúde), 23 (direito), 25 (saúde), 26 (saúde), 27 (saúde), 28 (saúde), 29 (saúde), 30 (violência), 35 (saúde), 37 (trabalho), 38 (saúde), 39 (saúde), 40 (violência), 41 (trabalho) 42 (direito), 43 (direito), 44 (direito) e 45 (saúde). Restaram 18 artigos.

Ao analisar qualitativamente, através da leitura dos resumos, observa-se que: dos 18 resumos lidos, foram selecionados 8, que estavam relacionados às questões antirracistas, mais voltados para a esfera educacional. Logo foram excluídos mais 10 artigos, conforme relatado na sequência da busca através do número e do assunto do artigo: n.2 (cotas), n.4 (famílias inter-raciais), n.10 (trabalho), n.16 (homofobia), n.21 (cotas), n.31 (cotas), n.33 (cotas), n.34 (violência), n.36 (direitos humanos) e n.44 (desigualdade racial). Desta forma, a extração de dados para o preenchimento do quadro foi elaborada com base em 8 artigos.

Quadro - 6: Revisão Narrativa – O título dos artigos, autores, métodos e área de atuação. Apresentação após triagem de revisão.

Nº	TÍTULO	NOME AUTORES	MÉTODO	ÁREA DE ATUAÇÃO
01	Nação, infância e seus outros: literatura infantil brasileira do século XIX ao início do XX.	Patrícia Santos Hansen	Revisão de literatura	Literatura Infantil
02	O uso do blackface como prática pedagógica nos anos iniciais da educação básica	Andressa Queiroz da Silva	Análise qualitativa de entrevistas estruturadas e semiestruturadas com os professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Fundamental	Formação de professores
03	A colonização é aqui e agora: elementos de presentificação do racismo	Fabiano Veliq e Paula Magalhães.	Fez-se uma análise comparativa e dialógica de elementos específicos das obras de Frantz Fanon, Achille Mbembe e Lélia Gonzalez.	Racismo estrutural
04	Contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão das questões raciais na educação escolar	Edmundo Fernandes Souza Filho e Edna Martins	O estudo de natureza teórica procura contextualizar o pensamento de Vygotsky relacionando conceitos de sua obra com a problemática do racismo e da discriminação racial, estruturantes das relações sociais no Brasil.	Racismo na educação escolar
05	Recontar para ressignificar: passado e presente em pauta no racismo estrutural	Priscila Nottingham de Lima	Análise bibliográfica	Racismo estrutural
06	Práticas docentes e relações étnico-raciais: reflexos da sociedade brasileira	Gabriela Valente e Adriana Santiago Rosa Dantas	Entrevistas de professores sobre as práticas docentes frente às situações reais nas quais a identidade racial é mobilizada.	Discriminação racial, formação de professores
07	Infância, Identidade Étnica e Conhecimentos de Matriz Africana na Escola	Lucilene Rezende Alcanfor e Jorge Garcia Basso.	Com base na seleção de seis obras do autor Reginaldo Prandi, procura-se situar esta produção no conjunto dos seus escritos, com vistas a examinar as representações de infância e criança expressas nessas narrativas.	Currículo antirracista
08	Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito	Flavia Motta e Claudemir de Paula.	Relato de experiência	Formação de professores

Fonte: Autoral

Os trabalhos resultantes da pesquisa foram organizados no quadro 6, contendo a ordem numeral, o título, o nome dos autores, o método e a área de atuação. Observa-se através dos resultados obtidos, que dos métodos utilizados um artigo relaciona-se a revisão de literatura, dois artigos relacionam-se as entrevistas, quatro artigos fizeram uma análise bibliográfica e um artigo utiliza o relato de experiência. Outro ponto interessante a ser observado, relaciona-se as diferentes áreas de atuação, mesmo que todas estejam voltadas para a educação antirracista, dois artigos tratam do racismo estrutural, um trata da literatura infantil, um do preconceito e racismo nas escolas, e um trata a respeito do curriculum e três que tratam da formação de professores.

Nota-se no quadro 7 abaixo, a listagem dos oito artigos acadêmicos que serão analisados, contendo a ordem numérica, o título, o doi, o objetivo, os principais resultados e as conclusões.

Quadro - 7: Revisão Narrativa - Matriz síntese do processo de revisão através do n° DOI, objetivos, resultados e conclusões.

Nº	TÍTULO E DOI	OBJETIVO	RESULTADOS	CONCLUSÕES
01	Nação, infância e seus outros: literatura infantil brasileira do século XIX ao início do XX. https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n91-13	Evidencia-se nesta pesquisa que, na literatura infantil, independentemente das variadas inclinações políticas de seus proponentes, a correspondência entre a infância brasileira e o fenótipo europeu foi hegemônica na produção dirigida aos futuros cidadãos.	Como resultados, esclarece que o apagamento da diversidade populacional, por meio do embranquecimento da população de origem africana e da associação dos povos originários à selvageria, contribuiu para naturalizar a imagem de brasileiros e brasileiras como brancos.	A pouca atenção que a historiografia costuma dedicar à literatura infantil aponta para o papel que as práticas de edição e mediação dessas leituras assume a manutenção do racismo estrutural, negando os mais fundamentais direitos e cidadania a considerável parte da população infantil e juvenil do Brasil.
02	O uso do blackface como prática pedagógica nos anos iniciais da educação básica. https://doi.org/10.1590/010318139574111520210312	Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as práticas pedagógicas que utilizam o blackface de maneira equivocada na busca pela valorização da história e cultura afro-brasileira e africana.	Compreendeu-se que muitos professores não sabem do que trata o blackface, mesmo quando o praticam, o que é resultado de uma formação com currículo eurocêntrico que reproduz um discurso racista sem as devidas informações sobre as questões étnico-raciais.	As práticas racistas com o intuito de promover igualdade racial nas escolas continuam a ser engendradas, reproduzidas por alunos em um contínuo ciclo de repetição, cuja interrupção só será possibilitada com a efetivação de práticas antirracistas.
03	A colonização é aqui e agora: elementos de presentificação do racismo.	O presente artigo tem por objetivo analisar os modos a partir dos quais o racismo se faz presente, em nossa	Análise do racismo através de três eixos principais: 1) a colonialidade como base da modernidade,	Na conclusão, é preciso estimular as lutas para pôr fim ao racismo com o qual vivem os povos colonizados e

	https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.07.p111	sociedade, enquanto Sul global e herdeira do sistema escravista.	2) a precarização da força de trabalho no neoliberalismo e 3) as imagens paradigmáticas e aprisionadoras da mulher negra, na sociedade brasileira. Esses eixos se relacionam de modo não ocasional, mas repetitivos e sistemáticos, em torno das categorias de capital, raça e objetificação sexual.	responsabilizar os colonizadores.
04	Contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão das questões raciais na educação escolar. https://doi.org/10.1590/s1678-4634202248239195	Este trabalho busca compreender que a escola precisa cumprir sua função articuladora no alcance e na afirmação dos direitos à educação, ao trabalho e às demais áreas humanas essenciais, proporcionando de modo decisivo a garantia de uma participação digna no mundo social a todos os cidadãos	Verifica-se os impactos do racismo estrutural brasileiro no processo de subjetivação humana, tomando a área da educação como um dos âmbitos capazes de contribuir para a perpetuação do preconceito racial, ao mesmo tempo que possibilita o aparecimento de iniciativas para a resolução dessa problemática	Constata-se que a teoria histórico-cultural pode constituir-se como fundamento basilar para a compreensão das múltiplas relações raciais que estruturam os espaços educacionais, permitindo o entendimento dos significados e sentidos elaborados pela população a respeito do lugar das pessoas negras numa sociedade em que imperam as desigualdades entre brancos e não brancos.
05	Recontar para ressignificar: passado e presente em pauta no racismo estrutural. https://doi.org/10.1590/1806-93472021v41n88-17	Tem como objetivo desconstruírem mitos, faz-se necessário e urgente resgatar-se o debate do racismo estrutural, as narrativas politicamente responsáveis, além de mais assertivas e inclusivas, é indispensável se considerar essa pluralidade de perspectivas, que complementam uma realidade de natureza muito mais complexa e, por isso mesmo, mais próxima do real.	O racismo estrutural, portanto, se apresenta como um processo centenário que se enraíza nas relações de poder, com rebatimentos não apenas na vida cotidiana dos sujeitos racializados, mas nas práticas institucionais, políticas e econômicas, reiniciando ciclos aparentemente intermináveis de exploração, exclusão, violência e desumanização do outro.	Conclui-se que revisitar o passado para recontar os fatos históricos sob outros olhares, em novas perspectivas, é fundamental para a promoção da diversidade de protagonismos usurpados, pois ignorados ou marginalizados pela perspectiva eurocentrista.
06	Práticas docentes e relações étnico-raciais: reflexos da sociedade brasileira.	Este artigo procura responder à seguinte questão: Como os professores agem diante de situações de discriminação racial?	Este artigo ratifica a dificuldade dos professores em lidar com racismo como um reflexo da sociedade brasileira, os dados	Necessita-se de uma formação docente mais qualificada para que a conquista legal se efetive no currículo real. Contudo, sua

	https://doi.org/10.1590/198053147327		revelaram que o investimento na formação docente é mais produtivo quando os docentes possuem boas condições de trabalho.	efetividade dependerá de condições de trabalho que favoreçam a discussão sobre as relações étnico-raciais e sobre a função social da escola na luta antirracista.
07	Infância, Identidade Étnica e Conhecimentos de Matriz Africana na Escola. https://doi.org/10.1590/2175-623688363	Este artigo analisa a produção literária infantil e juvenil do escritor Reginaldo Prandi, que aborda a mitologia iorubá e a cultura iorubá-descendente no Brasil, com o propósito de apresentar suas possibilidades de uso como literatura e material didático na escola.	O ensaio articula temas como identidade étnica, diáspora africana, educação antirracista e decolonial, como contribuição à reflexão sobre a importância das culturas africanas e afrodescendentes na Educação Básica.	Desvela características estéticas negras do nosso cotidiano, assim como trabalhar aspectos das práticas de adivinhação de matriz africana referentes às formas de pensamento e a cosmovisão afro-brasileira, revelando assim, a cultura iorubá como um complexo cultural de fundamental importância para a constituição de um currículo antirracista e decolonial, como alicerce de uma cultura escolar democrática e não eurocêntrica.
08	Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito. https://doi.org/10.1590/2175-623688365	Objetivamos identificar os aspectos decorrentes do Parecer CNE/CP 003/2004, da Lei 10.639/2003 nas práticas educacionais da educação infantil e discutir como as questões raciais influenciam a vivência das práticas pedagógicas nos espaços educativos voltados à primeira infância.	Os educadores apostam numa proposta de educação que atende aos pontos legais da legislação, em especial, no que diz respeito a inserção da temática das relações étnico-raciais, com fins de promover a uma geração de adultos com a existência menos marcada pelas dores do racismo.	O estudo concluiu que, embora a creche analisada se adeque à legislação ao inserir a temática das relações étnico raciais como tática para a educação, é necessário ainda a presença de um corpo técnico consciente da temática antirracista.

Fonte: Autoral

No quadro acima, verifica-se uma diversidade de assuntos que abrangem a questão racial. Observa-se em todos os artigos um aprofundamento na história de formação do povo brasileiro com o intuito de compreender a atual conjuntura. Através dos resultados da tabela, nota-se que as práticas antirracistas são a grande solução para a questão, em contrapartida, para que isso ocorra, há um longo caminho a ser percorrido e como possível solução eleva-se a formação de professores em três dos artigos acima (n.2, n.6 e n.8). Dois artigos, em seus resultados, deram foco nas responsabilizações de manutenção do racismo pelos colonizadores e seus descendentes e no eurocentrismo, neste sentido percebe-se que a educação decolonial

aparece como solução (n.3, n.5 e n.7). Dois artigos trazem como resultados críticas pontuando a manutenção do racismo (n.1 e n.4). E dentre os oito artigos selecionados, três evidenciam a educação infantil (n.2, n.7 e n.8).

Vale ressaltar que esta análise foi retirada da tabela acima, e ao serem analisados separadamente tem-se a possibilidade de verificação dos dados e apontamentos mais profundos, conforme a seguir.

5.1 Nação, infância e seus outros: literatura infantil brasileira do século XIX ao início do XX.

Este artigo foi publicado pela Revista Brasileira de História no ano de 2022. Trata-se da literatura infantil brasileira do século XIX ao início do XX e desenvolve como a infância, a nação e a diversidade são representadas nesse contexto histórico.

A literatura infantil brasileira do século XIX ao início do XX refletia, de múltiplas maneiras, a influência do fenótipo europeu como o padrão predominante. Nesse contexto, a produção literária tendia a privilegiar e enfatizar as características físicas e culturais associadas aos europeus como o ideal a ser seguido, direcionando sua representação às crianças brasileiras. Isso resultava em uma idealização e valorização dessas características, perpetuando a hegemonia do padrão europeu na narrativa destinada ao público infantil no Brasil.

O processo de embranquecimento da população de origem africana também desempenhou um papel significativo na redução ou supressão da diversidade étnico-racial na literatura infantil brasileira. Esta tendência reforçou a percepção de que a identidade nacional brasileira estava mais estreitamente associada à branquitude, marginalizando assim as contribuições e a presença dos afrodescendentes na sociedade.

A literatura infantil também se valeu de um aspecto negativo ao associar os povos originários do Brasil à selvageria, perpetuando estereótipos que desumanizavam essas comunidades. Essa representação colaborou para a elaboração de uma narrativa que marginalizava e desvalorizava os povos indígenas, fortalecendo assim a visão eurocêntrica predominante naquela época.

Ao destacar a população brasileira como majoritariamente branca, a literatura infantil fortalecia a hierarquia racial vigente na sociedade, onde a branquitude era associada a atributos positivos e desejáveis, enquanto outras etnias eram estigmatizadas e marginalizadas. Isso resultava na negação da diversidade cultural e étnica do país, e a literatura infantil, ao reforçar essas representações estereotipadas, contribuía para a naturalização da identidade branca como

o padrão de pertencimento à sociedade brasileira. Isso perpetuava a noção que ser brasileiro implicava ser branco, excluindo e marginalizando outras identidades étnicas e raciais.

As práticas de edição e mediação da leitura infantil desempenharam um papel crucial na perpetuação do racismo estrutural, devido às representações estereotipadas na seleção e promoção de textos. Essas práticas reforçam narrativas que marginalizam e inferiorizam grupos étnicos específicos, através de discursos discriminatórios que impedem sua legitimação, assim perpetuando a exclusão e a discriminação. Isso contribui para a normalização do racismo, moldando as representações culturais transmitidas às crianças e influenciando a construção de identidades, valores e perspectivas que perpetuam as desigualdades e injustiças raciais na sociedade.

O artigo realizou uma análise de um período histórico da literatura infantil, buscando estabelecer uma relação entre as características dos livros e sua influência na perpetuação do racismo estrutural. Ao ler o artigo, compreende-se que através do estudo do passado, é possível revelar aspectos do presente, que devem ser questionados e discutidos, visando possibilitar uma mudança para o futuro.

5.2 O uso do blackface como prática pedagógica nos anos iniciais da educação básica.

Este artigo foi publicado através dos Trabalhos em Linguística Aplicada no ano de 2022. Trata-se do uso do blackface como prática pedagógica nos anos iniciais da educação básica e desenvolve a reflexão sobre a importância de valorizar a história e cultura afro-brasileira e africana nas práticas educativas.

O artigo ressalta a importância do combate ao racismo estrutural e da promoção da igualdade racial nas escolas, especialmente no que diz respeito à discussão sobre o uso do blackface como prática pedagógica na valorização da cultura afro-brasileira e africana. Historicamente, essa prática tem sido associada à discriminação e estereotipação da população negra, contribuindo para a perpetuação de preconceitos e o reforço das desigualdades.

A formação dos professores desempenha um papel crucial na maneira como abordam questões étnico-raciais em sala de aula. Uma formação adequada pode ajudá-los a reconhecer seus próprios preconceitos e privilégios. Quando os educadores recebem uma formação sólida, estão mais bem preparados para abordar de maneira correta e respeitosa a história e a cultura afrodescendente, identificar e desmantelar práticas discriminatórias, e promover a igualdade racial na sala de aula. Isso cria um ambiente inclusivo e respeitoso para todos os alunos, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A abordagem equivocada do blackface, como discutido pelos autores, retrata a população negra de maneira estereotipada e negativa, constituindo uma forma de linguagem que perpetua discursos racistas, contribuindo para a inferiorização e desumanização dessa comunidade. Muitos professores adotam o blackface sem compreender sua carga histórica e cultural racista. Essa prática não contribui para a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana, sendo crucial adotar abordagens que respeitem a diversidade e combatam o racismo. Tais reflexões ressaltam a urgência de repensar as práticas pedagógicas e promover uma educação antirracista.

O artigo critica o uso do blackface nas salas de aula, ressaltando a prática equivocada dos profissionais da educação, muitas vezes sem uma formação específica e perpetuadora do racismo estrutural. Como solução, destaca-se a necessidade de formação e reflexão sobre questões étnico-raciais na educação. Ao ler o artigo, percebe-se que a formação dos profissionais é crucial para promover uma mudança efetiva nas salas de aula, destacando uma formação de qualidade para que possa refletir diretamente em um trabalho de excelência feito por esses profissionais.

5.3 A colonização é aqui e agora: elementos de presentificação do racismo.

Este artigo foi publicado na Revista de Filosofia da UNESP, Trans/Form/Ação, no ano de 2022. Trata-se de uma análise de forma profunda e crítica a presença do racismo em nossa sociedade, destacando a importância de compreender suas raízes históricas e impactos atuais.

O racismo é discutido como um problema estrutural e essencial na sociedade, ao enfatizar sua influência profunda e contínua em vários aspectos do dia a dia, muitas vezes de forma não explícita. O texto ressalta que o racismo não é apenas um fenômeno individual e impacta não apenas as interações interpessoais, mas também as instituições, as políticas públicas e as dinâmicas econômicas, influenciando as oportunidades e as experiências de vida das pessoas racializadas. Assim, o racismo é apresentado como um sistema complexo de opressão que permeia todos os aspectos da vida em sociedade, requerendo uma análise profunda e ação coletiva para combatê-lo.

Ao analisar a presença do racismo na sociedade brasileira, o artigo abrange três pontos. O primeiro destaca a colonialidade como a base da modernidade, enfatizando a influência da colonização na formação da sociedade brasileira e na criação de hierarquias raciais. Ele explora como as estruturas coloniais ainda influenciam as relações de poder, as identidades e as práticas sociais até os dias atuais.

O segundo ponto abordado é a precarização da força de trabalho no contexto do neoliberalismo, destacando a relação entre o racismo e as dinâmicas econômicas dessa ideologia. Salienta-se como a exploração da força de trabalho, especialmente da população negra, está profundamente entrelaçada às desigualdades raciais e sociais existentes na sociedade.

O terceiro ponto destaca as imagens paradigmáticas e restritivas da mulher negra na sociedade brasileira, concentrando-se na representação e na objetificação dessas mulheres. Evidencia-se como estereótipos e preconceitos raciais influenciam suas vidas e experiências, colocando-as em uma posição de vulnerabilidade e marginalização.

O artigo analisa as obras de três autores - Frantz Fanon, Achille Mbembe e Lélia Gonzalez - ressaltando suas significativas contribuições para a compreensão das diversas formas de manifestação do racismo em nossa sociedade, trazendo perspectivas e análises importantes sobre o tema.

Nas suas obras, Frantz Fanon explora a interligação entre colonialismo, racismo e subjetividade, enfatizando o impacto da opressão colonial na formação da identidade e da consciência dos indivíduos racializados. Ele discute a desumanização dos colonizados e a busca por liberdade e reconhecimento, proporcionando uma compreensão profunda das dinâmicas psicossociais do racismo.

Achille Mbembe analisa as conexões entre colonialismo, capitalismo e racismo, evidenciando como o capitalismo tardio promove a precarização do trabalho e a disparidade social, o que espelha e fortalece as hierarquias raciais. Discute o conceito de "devir-negro do mundo", que entende a extensão das condições de escravidão à todas as outras raças, apontando para a universalização das experiências desumanizantes enfrentadas pelos negros.

Lélia Gonzalez investiga a interseccionalidade entre racismo, sexismo e violência de gênero, com ênfase na vivência da mulher negra na sociedade brasileira. Suas análises desconstroem estereótipos e evidenciam as diversas formas de opressão enfrentadas por essas mulheres, enriquecendo nossa compreensão das diferentes modalidades de discriminação e das estratégias de resistência.

Em conjunto, as obras desses autores oferecem uma visão abrangente e crítica dos mecanismos e impactos do racismo em nossa sociedade, fornecendo ferramentas teóricas e conceituais essenciais para a análise e o enfrentamento das estruturas de opressão racial.

O artigo aborda a manifestação do racismo em sociedades colonizadas, reconhecendo a amplitude do tema e a dificuldade de abordá-lo em sua totalidade. Propõe os estudos decoloniais como uma solução capaz de abranger essa diversidade de aspectos.

5.4 Contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão das questões raciais na educação escolar

Este artigo foi publicado na Revista Educação e Pesquisa, no ano de 2022. Trata-se de uma análise sobre as contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão das questões raciais na educação escolar. Aborda a importância da linguagem, da produção de sentido e significado, e como a teoria de Vygotsky pode ajudar a entender o papel das relações étnico-raciais na formação da subjetividade.

A teoria histórico-cultural desempenha um papel significativo na abordagem das questões raciais na educação escolar, ao proporcionar uma perspectiva que reconhece a formação da subjetividade e do desenvolvimento humano como processos mediados pela cultura, pela história e pelas relações sociais. De acordo com essa teoria, a origem social das funções psíquicas e a influência do meio social na construção da subjetividade são aspectos fundamentais a serem considerados. A interação do sujeito com o ambiente cultural e social molda suas percepções, valores e comportamentos, incluindo as questões relacionadas à raça e etnia.

Além disso, a teoria histórico-cultural ressalta a relevância da linguagem, dos símbolos e dos significados na formação da psique humana. Assim, a compreensão das questões raciais na educação escolar pode ser enriquecida ao contemplar como as representações sociais, os estereótipos e as dinâmicas de poder moldam a construção identitária dos estudantes, particularmente aqueles pertencentes a grupos étnico-raciais minoritários.

Assim, ao adotar uma perspectiva embasada na teoria histórico-cultural, educadores e pesquisadores podem realizar uma análise crítica das práticas pedagógicas, dos currículos escolares e das interações interpessoais no ambiente educacional. Isso visa promover uma educação mais inclusiva, equitativa e que reconheça e valorize a diversidade étnico-racial.

Este estudo aborda a origem social das funções psíquicas, conforme postulado pela teoria histórico-cultural, que sustenta que tais funções têm sua gênese nas interações sociais e na influência do ambiente cultural e social, entendendo que o desenvolvimento humano é mediado pela cultura e pelas relações sociais.

A internalização e apropriação, outro conceito tratado, sugerem que o desenvolvimento humano se dá pela absorção de experiências culturais e históricas, isto é, os indivíduos

incorporam os conhecimentos e representações da sociedade na qual estão inseridos ao longo de suas vidas. E na mediação cultural, a aprendizagem e o desenvolvimento humano são vistos como processos que acontecem por meio da assimilação da cultura, da ação de dominar e transformar maneiras culturais de pensar, agir e se relacionar.

As relações sociais desempenham um papel crucial na formação da subjetividade e na compreensão da identidade dos indivíduos. Os conceitos mencionados anteriormente enfatizam a relevância da cultura, das interações sociais e da história na construção do indivíduo e na compreensão do desenvolvimento humano. Ao levar em consideração esses aspectos, torna-se possível uma análise mais abrangente das questões raciais na educação escolar, possibilitando práticas pedagógicas mais inclusivas e sensíveis à diversidade étnico-racial.

O racismo estrutural brasileiro impacta significativamente o processo de subjetivação humana na área da educação, influenciando a forma como os indivíduos se percebem, constroem suas identidades e interagem no ambiente escolar. O artigo destaca algumas das principais formas pelas quais o racismo estrutural afeta a subjetividade na educação, como veremos a seguir.

A internalização de estereótipos e preconceitos, juntamente com a propagação de rótulos negativos sobre grupos étnico-raciais minoritários, pode levar os indivíduos a assimilarem essas representações sociais desfavoráveis, resultando em baixa autoestima e uma imagem prejudicada de si mesmos.

A disparidade de oportunidades resulta em desigualdades socioeconômicas e educacionais entre distintos grupos raciais, influenciando o acesso a recursos, oportunidades de aprendizado e qualidade do ensino. Tal cenário pode provocar um sentimento de exclusão e marginalização entre os estudantes pertencentes a grupos étnico-raciais minoritários.

A manutenção de padrões discriminatórios pode se manifestar por meio de práticas discriminatórias no ambiente escolar, contribuindo para o racismo estrutural. Exemplos incluem a escassez de representatividade de professores negros, a ausência de conteúdos que abordem a história e a cultura afro-brasileira e indígena, e a reprodução de discursos e comportamentos racistas entre os próprios estudantes.

Diante dessas questões, é essencial que a educação escolar atue proativamente na desconstrução do racismo estrutural, incentivando a valorização da diversidade étnico-racial, o respeito às diferenças e a promoção de uma cultura de equidade e inclusão. A conscientização, a capacitação de professores, a revisão curricular e a implementação de políticas educacionais

antirracistas são medidas cruciais para enfrentar os impactos do racismo na subjetividade dos estudantes e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O artigo destaca que está longe de fazer generalizações sobre as questões relacionadas ao fenômeno das relações raciais no Brasil. No entanto, busca apontar a teoria histórico-cultural como uma perspectiva promissora para compreender essa problemática no contexto educacional. Isso evidencia a necessidade de ampliar o debate sobre o racismo e eliminar as estruturas que o perpetuam.

5.5 Recontar para ressignificar: passado e presente em pauta no racismo estrutural.

Este artigo foi publicado na Revista Brasileira de História, no ano de 2021. Trata-se de uma análise sobre o livro “Racismo Estrutural”, de Silvio Luiz de Almeida. Este documento aborda a importância de recontar a história para ressignificar o presente, destacando as raízes histórico-estruturais do racismo e suas consequências na sociedade contemporânea, especialmente no contexto do racismo estrutural.

No livro "Racismo Estrutural", Silvio Luiz de Almeida adota uma abordagem inovadora ao não restringir o racismo apenas como um fenômeno individual ou institucional. Ele enfatiza as relações de poder que se reconfiguram em um macroprocesso histórico e sistêmico, mantendo sua hegemonia na organização política e econômica da sociedade contemporânea.

A relação entre classe e raça é enfatizada pelo autor que destaca a interseccionalidade entre esses dois aspectos, argumentando que estão profundamente entrelaçados e influenciam a divisão social do trabalho. Isso é evidenciado pela sub-representação da população negra em posições de poder e pela concentração em empregos precários.

Mesmo com os avanços legais e democráticos, o racismo estrutural continua a ter repercussões significativas na sociedade contemporânea. O autor destaca que, apesar das medidas tomadas, as desigualdades e violências decorrentes do racismo persistem. Ele enfatiza que as pessoas racializadas são impactadas por condições estruturais e institucionais que perpetuam a hierarquização da humanidade com base na raça. Essas disparidades se manifestam em várias áreas da vida cotidiana, como acesso desigual à educação, saúde, habitação, emprego e justiça, além de práticas discriminatórias e exclusão social.

Além disso, Almeida também faz uma análise crítica do Estado, destacando que este não é neutro dentro do sistema capitalista, mas sim um campo de conflito entre interesses e grupos. Ele enfatiza a importância de compreender as dinâmicas do Estado para encontrar alternativas mais inclusivas e reparadoras para a população marginalizada.

Ao examinar as origens históricas do racismo, o autor reconhece sua natureza política e as consequências sistemáticas que discriminam os grupos racializados. Essa análise é fundamental para enriquecer o diálogo sobre o racismo e para repensar estratégias de resistência mais profundas e sustentáveis.

As reflexões oferecidas por Silvio Luiz de Almeida abordam o racismo estrutural como um fenômeno intricado, fundamentado em sistemas de poder, exigindo uma análise crítica e interseccional para promover a justiça social e a igualdade racial. Estas considerações têm o potencial de contribuir de forma significativa para o combate às desigualdades e violências raciais na sociedade contemporânea, bem como para desmantelar estruturas históricas.

O artigo ressalta a importância de revisitar o passado para reinterpretar os eventos históricos sob novas perspectivas, dando voz à diversidade de protagonismos que foram usurpados, ignorados ou marginalizados pela visão eurocêntrica predominante. O racismo estrutural, assim, é delineado como um processo enraizado nas relações de poder ao longo de séculos, com impactos não apenas na vida cotidiana das pessoas racializadas, mas também nas práticas institucionais, políticas e econômicas. Isso perpetua ciclos aparentemente intermináveis de exploração, exclusão, violência e desumanização do outro.

O artigo busca um entendimento da questão do racismo estrutural através da história entendendo e criticando, em busca que um movimento de mudança possa ocorrer.

5.6 Práticas docentes e relações étnico-raciais: reflexos da sociedade brasileira.

Este artigo foi publicado no portal de periódicos e séries da Fundação Carlos Chagas, na revista Cadernos de Pesquisa, no ano de 2021. Trata-se de uma análise das práticas docentes e relações étnico-raciais. Este artigo aborda a discriminação racial no contexto escolar brasileiro e a forma como os professores lidam com essa questão.

O estudo ase baseia na sociologia pragmática e desempenha um papel crucial sobre discriminação racial no contexto escolar, fornecendo uma base teórica e metodológica para analisar as práticas dos professores e as dinâmicas étnico-raciais. Isso possibilitou a compreensão de como os docentes lidam com situações de discriminação racial, levando em conta não apenas aspectos individuais, mas também os elementos estruturais e institucionais que definem a sociedade brasileira.

Na prática dos professores uma análise mais aprofundada foi possibilitada pela perspectiva pragmática, considerando não apenas suas intenções e percepções, mas também as repercussões de suas ações no ambiente escolar. Além disso, ressalta a importância da reflexão

e da ação prática por parte dos educadores, enfatizando a necessidade de uma postura crítica e reflexiva em relação às questões étnico-raciais. Isso contribui para uma análise mais contextualizada e crítica das práticas docentes em relação à discriminação racial, permitindo a identificação de desafios, lacunas e oportunidades de intervenção para promover um ambiente escolar mais inclusivo e igualitário.

A formação dos professores desempenha um papel crucial na promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e livre de discriminação racial. Ao investir na capacitação dos educadores, é possível prepará-los para lidar de forma eficaz com questões étnico-raciais, estimulando a conscientização, a reflexão e a adoção de práticas antirracistas na escola. Isso pode sensibilizar os professores para a importância de reconhecer e combater a discriminação racial, promovendo o esclarecimento sobre as desigualdades e injustiças presentes tanto na sociedade quanto no ambiente escolar.

Através da capacitação, os professores podem identificar e eliminar práticas discriminatórias que possam surgir em sua rotina, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura escolar mais inclusiva e equitativa. O treinamento dos educadores incentiva o reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial e promove o respeito às múltiplas identidades e culturas presentes na comunidade escolar.

A educação continuada promove a adoção de práticas antirracistas na sala de aula, integrando estratégias pedagógicas que incentivem a igualdade, a justiça e o respeito à diversidade. Além disso, os educadores devem estimular a colaboração e a cooperação entre si, facilitando a partilha de experiências, a reflexão em conjunto e a elaboração de estratégias colaborativas para estabelecer um ambiente escolar mais inclusivo e sem discriminação racial. Portanto, a formação docente é essencial para capacitar os professores a atuarem de forma proativa na promoção da igualdade étnico-racial, contribuindo para a construção de uma escola mais justa, acolhedora e respeitosa.

Os educadores se deparam com diversos desafios ao lidar com situações de racismo dentro da sala de aula, refletindo as complexidades e barreiras presentes no cenário educacional brasileiro. Muitos professores enfrentam dificuldades em reconhecer e abordar o racismo, devido à falta de conscientização sobre como suas próprias crenças e as práticas profissionais podem influenciar nesse processo. A relutância em discutir o racismo e suas implicações na sociedade brasileira pode dificultar a abordagem do tema em sala de aula, demonstrando a resistência estrutural da sociedade em enfrentar questões étnico-raciais.

Além disso, a carência de políticas públicas e de formação docente específica para as relações étnico-raciais pode restringir a habilidade dos professores em lidar de maneira eficaz com o racismo na sala de aula, revelando lacunas no processo de formação. Muitos educadores expressam sentir-se inseguros e despreparados para lidar com o racismo em suas salas de aula, ressaltando a falta de recursos e estratégias para abordar o assunto de forma efetiva. As limitações individuais dos professores, juntamente com as barreiras institucionais, podem dificultar a intervenção eficaz em situações de racismo, resultando em soluções isoladas e pontuais, que não enfrentam as questões estruturais subjacentes ao racismo.

O artigo ressalta que o ambiente escolar enfrenta diversos desafios e destaca a importância de investir em uma formação docente mais qualificada para promover uma mudança efetiva no currículo real. No entanto, a eficácia dessa formação dependerá das condições de trabalho que permitam a discussão sobre as relações étnico-raciais e o papel social da escola na luta antirracista.

5.7 Infância, Identidade Étnica e Conhecimentos de Matriz Africana na Escola.

Este artigo foi publicado na revista Educação & Realidade, no ano de 2019. Trata-se de uma analisa a produção literária infantil e juvenil do escritor Reginaldo Prandi, abordando a mitologia iorubá e a cultura iorubá-descendente no Brasil. Foram analisas algumas obras, Os príncipes do destino (2001), Ifá, o adivinho (2002), Xangô, o Trovão (2003), Oxumarê, o arco-íris (2004). Contos e lendas afro-brasileiros: a criação do mundo (2007).

As representações de infância e criança nas narrativas examinadas por Reginaldo Prandi são exploradas de maneira contextualizada e culturalmente sensível. A criança é percebida como um indivíduo cuja formação é moldada por experiências específicas dentro de um contexto social, histórico e cultural. Ela não é definida apenas pela faixa etária, mas também pelo evento, pela arte, pelo inesperado e pelo imprevisível.

A infância é concebida como uma categoria histórica na qual as crianças são consideradas agentes sociais e históricos, influenciados por diversas realidades sociais, detentores de direitos e contribuintes para a diversidade cultural. Elas são percebidas como integrantes de grupos sociais específicos, nascidos dentro de diferentes classes e etnias, nos quais costumes, valores, hábitos e práticas sociais moldam suas ações e significados.

Nas narrativas iorubanas e nas histórias recontadas por Prandi, a função social da criança está estreitamente ligada à transmissão de conhecimentos e à preservação da experiência cultural ao longo das gerações. A análise das representações da infância e da criança nessas

narrativas é conduzida de maneira cuidadosa e minuciosa, visando compreender as concepções sobre a infância e as crianças dentro da cultura tradicional iorubá.

No ensaio sobre literatura infantil e juvenil de Reginaldo Prandi, são abordados temas de educação antirracista e decolonial. Enfatiza o reconhecimento da literatura infanto juvenil como uma ferramenta fundamental para difundir conhecimentos sobre a história africana e as culturas afro-brasileiras, visando contribuir para uma educação voltada à promoção da igualdade racial.

Defende-se uma abordagem de currículo e escola não eurocêntrica e decolonial, que reconheça e valorize a memória e a história dos povos e culturas subalternizadas ao longo do processo histórico moderno. É necessário reconfigurar os conteúdos e práticas educacionais, além do arcabouço conceitual, para promover um ensino que celebre a diversidade e combata o preconceito racial e epistêmico.

Ademais, destaca-se a importância de integrar conhecimentos sobre a História da África e das Culturas Afro-Brasileiras ao currículo escolar, visando a compreensão das raízes históricas e ideológicas do preconceito racial e epistêmico, com vistas à sua superação. Enfatiza-se a urgência de revisar os conteúdos e temas educacionais nas escolas, priorizando a diversidade étnico-cultural e combatendo a marginalização e estigmatização dos saberes afro-diaspóricos. Esses elementos ressaltam a relevância da literatura de Prandi como uma ferramenta pedagógica para promover uma educação mais inclusiva, antirracista e decolonial, que reconheça e valorize as múltiplas identidades e culturas presentes na sociedade brasileira.

O artigo critica o formato tradicional de ensino ainda presente nas escolas ao abordar a história da África e das culturas afro-brasileiras, destacando a necessidade de adotar uma perspectiva decolonial de ensino. Isso implica reconhecer, tanto nos currículos quanto nas práticas cotidianas das escolas, as diversas identidades que são ofuscadas por uma identidade nacional única, homogênea e excludente.

5.8 Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito.

Este artigo foi publicado na revista Educação & Realidade, no ano de 2019. Este estudo aborda a importância da educação antirracista na infância e como as questões raciais influenciam as práticas educacionais.

Durante suas interações, as crianças interpretam e redefinem o mundo de várias maneiras por meio da cultura entre pares. Esta cultura abarca os valores, normas, comportamentos e práticas partilhadas entre as crianças em um grupo social determinado.

Nessas circunstâncias, as interações entre as crianças desempenham um papel fundamental na atribuição de significados e na formação de identidades.

A cultura entre os pares, proporcionam oportunidades de aprendizado mútuo para as crianças, permitindo que observem e imitem comportamentos, linguagem e atitudes uns dos outros. Essa troca de conhecimento e experiências é essencial para a construção de significados e compreensões sobre o mundo ao redor delas.

Além disso, as interações desempenham um papel significativo na formação da identidade das crianças, pois estas procuram integrar-se e serem aceitas pelo grupo. Tais interações auxiliam-nas a compreender a si mesmas, suas preferências, valores e interesses. Além disso, as crianças negociam significados, estabelecem regras e normas sociais, contribuindo para a construção de uma compreensão compartilhada do mundo. Essa contínua troca de ideias e perspectivas colabora para a construção de um conhecimento coletivo, promovendo a habilidade das crianças em lidar com conflitos, expressar emoções, desenvolver empatia e estabelecer relacionamentos interpessoais saudáveis.

O Parecer CNE/CP 003/2004 e a Lei 10.639/2003 desempenham um papel fundamental nas práticas educacionais da educação infantil, especialmente no que diz respeito à promoção da igualdade racial, valorização da diversidade e combate ao racismo.

A Lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, incluindo a educação infantil. Isso contribui para a valorização da diversidade étnico-racial e para o combate ao racismo estrutural. Ao incluir conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena, esses documentos promovem a igualdade racial e o respeito à diversidade étnico-cultural desde a infância. Isso ajuda a desconstruir estereótipos e preconceitos, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa.

A inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas práticas educacionais da educação infantil desempenha um papel fundamental na formação da identidade das crianças, especialmente daquelas pertencentes a esses grupos étnico-raciais. Essa abordagem fortalece a autoestima e o orgulho de suas origens culturais. Ao introduzir questões relacionadas à diversidade étnico-racial desde a infância, as práticas educacionais alinhadas com o Parecer CNE/CP 003/2004 e a Lei 10.639/2003 contribuem para o combate ao racismo, promovendo uma cultura de respeito, tolerância e valorização da pluralidade.

A presença de um corpo técnico sensibilizado para a temática antirracista pode ter um impacto significativo na condução das práticas pedagógicas nos ambientes educativos

destinados à primeira infância, pois os profissionais estarão mais bem preparados para reconhecer, valorizar e fomentar a diversidade étnico-racial entre as crianças.

Profissionais conscientes da questão antirracista possuem a habilidade de identificar e desmantelar estereótipos e preconceitos presentes no ambiente educacional, resultando em práticas pedagógicas mais inclusivas. Essas práticas respeitam e celebram as diferentes origens e culturas presentes na comunidade escolar, enquanto trabalham ativamente para combater atitudes discriminatórias e promover uma cultura de respeito e igualdade entre as crianças.

A presença de profissionais engajados na temática antirracista pode fomentar o diálogo aberto e a reflexão sobre questões de raça, identidade e discriminação desde a primeira infância. Isso cria um ambiente propício para que as crianças desenvolvam uma consciência crítica e empática em relação às diferenças. Profissionais que abordam a temática antirracista de maneira consciente podem contribuir para fortalecer a autoestima e a identidade das crianças negras e de outras etnias minoritárias. Ao oferecer um ambiente acolhedor e inclusivo, eles ajudam as crianças a se sentirem valorizadas e respeitadas em sua diversidade.

Ao incorporar a temática antirracista nas práticas pedagógicas, o corpo técnico prepara as crianças para viverem em uma sociedade mais justa e igualitária. Essa educação desde a primeira infância contribui para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a promoção da equidade racial.

Em síntese, a presença de um corpo técnico consciente da temática antirracista pode transformar as práticas pedagógicas, nos ambientes educativos destinados à primeira infância, promovendo uma educação mais inclusiva, respeitosa e comprometida com a igualdade racial. O artigo se embasa em legislação vigente, faz a crítica a formação de professores e traz alguns aspectos para que haja uma tomada de consciência como proposta para uma efetiva mudança.

6. ANÁLISE DE DADOS

De acordo com Lakatos e Marconi (2002), a análise implica em compreender uma realidade particular através de uma avaliação, que envolve identificar o ponto central do autor, através de análise, desmembramento, fragmentação e interpretação. Esse processo permite examinar os elementos de um conjunto, identificar suas relações potenciais, converter generalizações em ideias mais precisas e, por fim, chegar a uma crítica fundamentada (Lakatos e Marconi, 2002).

A pesquisa qualitativa tem seu reconhecimento aos estudos voltados para a subjetividade humana e das relações sociais. Neste sentido, a abordagem qualitativa contrasta com um modelo de pesquisa uniforme para todas as áreas científicas, uma vez que cada ciência possui suas particularidades, dependendo do caso em estudo, o que implica na necessidade de uma metodologia específica (Goldenberg,1997).

No âmbito acadêmico, a investigação qualitativa sobre fenômenos sociais tem sido uma prática comum em várias áreas, contribuindo para a compreensão e reavaliação de diferentes realidades. A definição do método é facilitada pela questão inicial proposta, que direciona o processo de construção e reconstrução dessas realidades (Souza, 2020). Ao abordar a dinâmica de um problema social específico através da pesquisa qualitativa, para este estudo, optou-se pela técnica de análise de conteúdo defendida por Laurence Bardin (2011).

A validação do conhecimento científico e sua legitimação por meio da análise de conteúdo passam por uma apropriação e compreensão de fases, em uma ação sistemática propiciada pela pesquisadora. A análise do material coletado segue um processo rigoroso frente às fases definidas por Bardin (2011). 1 - Pré-análise engloba a leitura flutuante; a escolha dos documentos; a reformulação de objetivos; e a hipótese e formulação de indicadores. 2 – Exploração do material engloba a criação das categorias e 3 - Tratamento dos resultados engloba a interpretação dos resultados.

A análise de conteúdo é identificada como uma técnica de pesquisa que, apesar de derivar de várias interpretações, segue uma sequência sistemática que proporciona consistência na investigação, conforme proposto por Bardin. Essa técnica, demanda aceitação e rigor a um conjunto de regras, que ao serem aplicadas extraem o máximo de informações abstratas de um fato da pesquisa (Souza, 2020).

Neste estudo, a análise foi conduzida por meio da técnica de leitura flutuante, fundamentada na análise de conteúdo de Bardin (2011). Utilizou-se os artigos selecionados na revisão narrativa, no capítulo anterior, como instrumento da leitura flutuante. A seleção dos

documentos permitiu a definição de um objetivo direcionado para a reflexão sobre os resultados e a formulação de hipóteses possibilitou identificar uma estrutura de ideias em relação às investigações, o que contribuiu para as fases posteriores e para a elaboração do texto analítico desta pesquisa (Bardin, 2011).

Durante esta etapa, todos os artigos foram minuciosamente examinados, aderindo ao critério de exaustividade, os aspectos como a consistência, persistência e agrupamento de conceitos, bem como regularidades e divergências, foram considerados para auxiliar na interpretação, buscando assim atribuir significado aos objetivos. (Bardin, 2011).

O propósito principal deste estudo é examinar os obstáculos enfrentados por profissionais da educação infantil na aplicação das práticas antirracistas. Neste contexto, os documentos investigados foram explorados para identificar fontes relevantes, culminando na formulação dos indicadores, realizando operações de recorte do texto em unidades de categorização para análise temática, seguidas de codificação para o registro dos dados (Bardin, 2011). Nesta pesquisa, os artigos escolhidos foram selecionados os principais pontos, visando um conceito norteador para impulsionar a categorização do material.

Durante a pré-análise realizou-se organização do material, através dos artigos que foram escolhidos como instrumento da leitura flutuante, a fim de absorver elementos importantes para melhor análise e organização. A seguir encontram-se os títulos dos artigos e sua numeração e logo abaixo a seleção de itens que foram extraídos dos artigos e que fazem sentido para este estudo.

Quadro - 8: Análise de Bardin - Pré-análise: organização dos principais pontos extraídos dos artigos.

Nação, infância e seus outros: literatura infantil brasileira do século XIX ao início do XX (n.1)
• Literatura infantil influenciada pelo padrão europeu; • Embranquecimento da população africana; • Manutenção do racismo estrutural; • Negação aos direitos fundamentais; • Idealização de características vinculadas ao padrão hegemônico europeu; • Negação das contribuições dos afrodescendentes; • Negação da diversidade étnica no Brasil.
O uso do blackface como prática pedagógica nos anos iniciais da educação básica (n.2).
• Promoção da igualdade racial nas escolas; • Prática pedagógica voltada para valorização da cultura afro-brasileira e africana; • Reconhecimento do preconceito e dos privilégios dos brancos; • Identificar e desmantelar práticas discriminatórias; • População negra marginalizada e estereotipada; • Perpetuação de discursos racistas; • Repensar as práticas pedagógicas; • Currículo eurocentrado.
A colonização é aqui e agora: elementos de presentificação do racismo (n.3)
• A sociedade brasileira herdeira do sistema escravagista; • Influência da colonização para formação da sociedade; • Colonialidade;

• Responsabilização dos colonizadores; • Racismo presente nas instituições, nas políticas e nas dinâmicas econômicas; • Racismo visto como um sistema complexo de opressão; • Estratégias de resistência.
Contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão das questões raciais na educação escolar (n.4)
• A escola e sua função social; • Contribuição da escola para perpetuação do preconceito racial; • A teoria histórico-cultural e a compreensão das múltiplas relações raciais; • Desigualdade entre brancos e não brancos; • Desigualdade socioeconômicas e educacionais entre distintos grupos raciais; • História e cultura afro-brasileira nas escolas; • Capacitação de professores; • Implementação de políticas educacionais antirracistas.
Recontar para ressignificar: passado e presente em pauta no racismo estrutural (n.5)
• O mito da democracia racial; • Práticas institucionais, políticas e econômicas em ciclos contínuos de exploração, exclusão e violência; • Revisitar o passado e recontar fatos históricos sob outros olhares; • Representatividade da população negra; • Acesso desigual à educação, saúde, habitação, emprego e justiça; • Estado não é neutro, dentro do sistema capitalista revela conflitos entre diferentes grupos e seus interesses; • Análise crítica e interseccional para promover a justiça social e a igualdade racial.
Práticas docentes e relações étnico-raciais: reflexos da sociedade brasileira (n.6)
• Investimento para formação de professores; • Condições de trabalho favoráveis; • Ambiente escolar mais inclusivo; • Sensibilização e conscientização dos profissionais; • Promoção do respeito às múltiplas identidades e culturas presentes no cotidiano escolar; • Educação continuada para professores; • Estímulo da cooperação, colaboração e reflexão entre os educadores; • Dificuldade em reconhecer e abordar o racismo; • Carência de políticas públicas voltadas para formação docente.
Infância, Identidade Étnica e Conhecimentos de Matriz Africana na Escola (n.7)
• Produção literária voltada para educação antirracista; • Currículo antirracista e decolonial; • Cultura escolar democrática e não eurocentrada; • A infância como categoria histórica, influenciada por diversas realidades e contribuintes da diversidade cultural; • Difundir conhecimentos sobre a história e as culturas afro-brasileiras; • Valorização da memória, história e cultura dos povos subalternizados; • Crítica ao formato tradicional de ensino de Literatura infantil influenciada pelo padrão europeu.
Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito (n.8)
• As práticas voltadas para as questões raciais na educação infantil; • Promoção de uma geração de adultos menos marcados pelas dores do racismo; • Corpo técnico consciente da temática antirracista; • A cultura de pares e seu papel na formação de identidades; • Lei 10.639/2003; • Parecer CNE/CP 003/2004; • Fortalecimento da autoestima e identidade das crianças negras.

Fonte: Autoral

Na segunda fase, explorou-se o material acima listado e através deste material formou-se as unidades de categorização. Entende-se que deste material, acima listado, retiram-se as primeiras categorias que foram reorganizadas, no quadro 9, de forma que relacionam-se com as categorias finais. Formaram-se quatro categorias: (1) contexto histórico e as políticas

públicas, (2) racismo estrutural, (3) formação de professores na perspectiva decolonial e (4) currículo na educação infantil.

Quadro - 9: Análise de Bardin - Reorganização do material para a formação das categorizações.

Categoria inicial	Categoria final
• Sociedade herdeira do sistema escravagista; • Embranquecimento da população africana; • Negação das contribuições dos afrodescendentes; • A teoria histórico-cultural e a compreensão das múltiplas relações raciais; • Valorização da memória, história e cultura dos povos subalternizados; • Negação aos direitos fundamentais; • Acesso desigual à educação, saúde, habitação, emprego e justiça; • Estado não é neutro, dentro do sistema capitalista revela conflitos entre diferentes grupos e seus interesses; • Implementação de políticas educacionais antirracistas; • Promoção da igualdade racial nas escolas; • História e cultura afro-brasileira nas escolas; • Carência de políticas públicas voltadas para formação docente; • Investimento para formação de professores; • Lei 10.639/2003; • Parecer CNE/CP 003/2004.	Categoria 1 Contexto histórico e as políticas públicas
• Manutenção do racismo estrutural; • Racismo presente nas instituições, nas políticas e nas dinâmicas econômicas; • Práticas institucionais, políticas e econômicas em ciclos contínuos de exploração, exclusão e violência; • Mito da democracia racial; • Racismo visto como um sistema complexo de opressão; • Idealização de características vinculadas ao padrão hegemônico europeu; • Desigualdade socioeconômicas e educacionais entre distintos grupos raciais; • População negra marginalizada e estereotipada; • Negação da diversidade étnica no Brasil; • Perpetuação de discursos racistas.	Categoria 2 Racismo estrutural
• Capacitação de professores; • Repensar as práticas pedagógicas; • Reconhecimento do preconceito e dos privilégios dos brancos; • Prática pedagógica voltada para valorização da cultura afro-brasileira e africana; • Identificar e desmantelar práticas discriminatórias; • Condições de trabalho favoráveis; • Sensibilização e conscientização dos profissionais; • Educação continuada para professores; • Estímulo da cooperação, colaboração e reflexão entre os educadores; • Dificuldade em reconhecer e abordar o racismo; • Corpo técnico consciente da temática antirracista; • Influência da colonização para formação da sociedade; • Colonialidade; • Desigualdade entre brancos e não brancos;	Categoria 3 Formação de professores na perspectiva decolonial

• Responsabilização dos colonizadores; • Estratégias de resistência; • Revisitar o passado e recontar fatos históricos sob outros olhares; • Análise crítica e interseccional para promover a justiça social e a igualdade racial; • Ambiente escolar mais inclusivo; • Promoção do respeito às múltiplas identidades e culturas presentes no cotidiano escolar; • Produção literária voltada para educação antirracista; • Cultura escolar democrática e não eurocentrada; • Crítica ao formato tradicional de ensino.	
• A escola e sua função social; • Contribuição da escola para perpetuação do preconceito racial; • Literatura infantil influenciada pelo padrão europeu; • Currículo eurocentrado; • Currículo antirracista e decolonial; • Difundir conhecimentos sobre a história e as culturas afro-brasileiras; • Representatividade da população negra; • A infância como categoria histórica, influenciada por diversas realidades e contribuintes da diversidade cultural; • As práticas voltadas para as questões raciais na educação infantil; • Promoção de uma geração de adultos menos marcados pelas dores do racismo; • A cultura de pares e seu papel na formação de identidades; • Fortalecimento da autoestima e identidade das crianças negras.	Categoria 4 Currículo escolar na educação infantil

Fonte: Autoral

Desta forma, a terceira etapa da análise de conteúdo de Bardin (2011), propõe a realização das inferências. Nesse sentido, os dados da revisão narrativa à luz do material bibliográfico previamente sistematizado, foram analisadas tendo como norte as categorias finais, acima descritas no quadro 9.

Categoria 1 - Contexto histórico e as políticas públicas

A categoria 1 foi elencada a partir dos tópicos relevantes encontrados na revisão narrativa, que abrangeu o exame de oito artigos selecionados, todos sustentam-se no contexto histórico, evidenciando assim a presença contínua e a perpetuação do racismo em nossa sociedade. Além disso, as políticas públicas encontram-se relacionadas a essa categoria com o intuito de compreender as transformações ocorridas na sociedade, ao longo dos tempos que impactaram diretamente a disseminação do racismo nas instituições escolares e em outros ambientes sociais. Nesta perspectiva, o contexto histórico e as políticas públicas fundamentam

essa pesquisa e orientaram o entendimento da situação atual, com vistas a motivação de mudanças futuras. Conforme será detalhado adiante na análise da Categoria 1.

A diversidade cultural no Brasil tem suas raízes na imigração e na escravidão, entende-se que os escravizados, imigrantes e seus descendentes mantiveram uma dimensão significativa de particularidade étnico-cultural (Munanga, 2022).

Neste sentido, o contexto histórico da questão racial na educação brasileira remete-se aos períodos colonial e imperial, onde o acesso à educação era exclusivo aos brancos que faziam parte da elite, deixando a população negra e indígena à margem, privada de oportunidades educacionais (Fonseca, 2002).

Após a abolição da escravatura, foram implementadas políticas com o objetivo de promover o branqueamento da população, buscando eliminar a presença da população negra. Nesse contexto, é possível entender que as políticas públicas relacionam-se às práticas da sociedade, neste caso, as pessoas negras eram influenciadas pela ideologia do branqueamento e neste sentido, reproduzem o preconceito do qual são alvo (BRASIL, 2004).

O papel crucial da luta do movimento negro por uma educação mais inclusiva e igualitária no Brasil foi evidente na denúncia das desigualdades raciais no sistema educacional, bem como na formulação de políticas públicas voltadas para combater o racismo estrutural enraizado nas instituições de ensino (Gomes, 2017).

Os movimentos sociais e intelectuais negros, durante o século XX, lutaram pela promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa. Na década de 1950, a mobilização por direitos civis e a influência do movimento negro mobilizavam debates sobre políticas públicas destinadas a promover a igualdade racial na educação. Na década de 1990, ocorreram avanços significativos, com a adoção de políticas afirmativas, como as cotas raciais em universidades públicas e a integração da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, conforme estipulado pela Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2004).

Conforme Gomes (2011), o movimento negro empenha-se em pressionar o Estado e a sociedade civil para implementarem medidas que fomentem a equidade racial na educação. Entretanto, o movimento negro depara-se com a oposição de setores conservadores e com a escassez de recursos para concretizar políticas e práticas educacionais antirracistas, os desafios persistem, uma vez que continuam existindo disparidades no acesso, na permanência e na qualidade da educação entre distintos grupos raciais (Gomes, 2011).

Conforme Munanga (2022), o Movimento Negro busca conscientizar e mobilizar negros e mestiços em torno de uma identidade unificada. Essa abordagem visa promover uma proposta

política de construir solidariedade e identidade entre os excluídos pelo racismo. Essa perspectiva surge em paralelo com a classificação cromática popular, que reflete a diversidade de tons e nuances da pele dos brasileiros, resultante de séculos de miscigenação. Importante destacar que as reivindicações do Movimento Negro visam políticas específicas para reduzir as desigualdades e promover a equidade entre negros e brancos (Munanga, 2022).

A ausência de políticas eficazes de combate ao racismo institucional, a escassez de formações de professores para lidar com a diversidade étnico-racial e a insuficiência de investimentos em escolas situadas em áreas periféricas, representam desafios a serem superados. Nesse contexto, é fundamental a implementação de políticas públicas de reparações, medidas para assegurar um acesso equitativo de qualidade, o enfrentamento do racismo estrutural nas instituições educacionais e a promoção de uma pedagogia antirracista que reconheça e valorize a diversidade étnico-cultural do Brasil (BRASIL, 2004).

Categoria 2 - Racismo estrutural

A categoria 2 foi definida com base nos tópicos relevantes identificados na revisão narrativa, a qual examinou oito artigos selecionados. Os artigos abordam o conceito do racismo estrutural oferecendo uma compreensão explícita da sua presença contínua e da sua perpetuação na sociedade. Destaca-se a importância dessa categoria ao evidenciar que as manifestações do racismo não se limitam ao nível individual e estão enraizadas em relações que atravessam todos os setores da sociedade. Nesta perspectiva, esta pesquisa entende que no contexto escolar o racismo estrutural está presente e as instituições de ensino perpetuam essas orientações, já que fazem parte dessa estrutura. Ao tornar evidente a existência do racismo estrutural, busca-se orientar para o entendimento da condição presente dos negros e negras. A partir desse entendimento, espera-se a promoção de críticas a respeito do contexto e neste sentido a propagação de mudanças positivas. Como será detalhado a seguir, na exposição da Categoria 2.

De acordo com Almeida, o racismo estrutural é um sistema de opressão que atravessa todas as camadas da sociedade, influenciando as relações sociais, políticas e econômicas. O autor defende que o racismo estrutural está profundamente enraizado nas instituições e nas práticas do dia a dia, o que resulta em disparidades sistemáticas no acesso a oportunidades, recursos e justiça (Almeida, 2019).

O autor Silvio Almeida ressalta a necessidade de reconhecer e confrontar as estruturas de poder como um meio de promover a igualdade racial e a justiça social (Almeida, 2019). Neste sentido, torna-se fundamental a compreensão da história e a cultura do povo negro, de

forma que seja desfeito o mito da democracia racial na sociedade brasileira. Esse mito dissemina a ideia de que se os negros não alcançam os mesmos níveis que os não negros e justifica devido à falta de competência ou interesse, ignorando as desigualdades históricas perpetuadas pela estrutura social hierárquica, que prejudicam os negros (BRASIL, 2004).

Kabengele Munanga argumenta que o mito da democracia racial é uma ideologia existente na sociedade brasileira, originada da miscigenação do povo, que sustenta a crença na harmonia e igualdade entre as diferentes raças. Entretanto, o autor contesta essa perspectiva, enfatizando que, na realidade, o Brasil é marcado por profundas desigualdades raciais, o que dificulta a formação da consciência e da identidade política além disso, aponta para a persistência do racismo estrutural em várias instituições e práticas sociais, que restringem as oportunidades e o acesso aos recursos para pessoas negras (Munanga, 1996).

O racismo, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento afetam todo a sociedade brasileira e estruturam e constituem a formação histórica e social atingindo toda a sociedade. Esses processos se manifestam de maneiras diversas em diferentes níveis e com resultados variados, impactando os indivíduos de maneira desigual e apresentando distintos desafios em suas trajetórias educacionais e sociais. Portanto, a elaboração de estratégias educacionais para combater o racismo é uma responsabilidade de todos os educadores, independentemente de sua origem étnico-racial (BRASIL, 2004). Segundo Munanga (2016), faz-se necessário uma abordagem mais crítica e consciente das questões raciais, incluindo a análise da hierarquia racial e da marginalização enfrentada pela população negra e enfatiza a necessidade de políticas e ações que abordem as raízes do racismo e promovam a igualdade racial e a justiça social.

Categoria 3 - Formação de professores na perspectiva decolonial

A categoria 3 foi estabelecida com base nos tópicos pertinentes identificados na revisão narrativa, que analisou oito artigos. Alguns artigos destacam a formação de professores como uma estratégia fundamental para promover mudanças e disseminar a valorização da pluralidade existente na sociedade. O conceito da perspectiva decolonial surge, em alguns artigos, como uma abordagem crucial no combate ao racismo e oferece uma compreensão contextualizada a respeito desse fenômeno na sociedade. Salienta-se a relevância dessa categoria para esta pesquisa, que se direciona para a formação de professores em consonância com as orientações decoloniais. Neste contexto, esta pesquisa reconhece que os educadores devem ir além do conhecimento básico sobre racismo, devem transformar-se no contexto de vida e adotar uma nova visão inspirada na perspectiva decolonial, a qual propõe uma mudança de mentalidade e

uma abordagem renovada que resultará em mudanças efetivas. Conforme está apresentado adiante, na explanação da Categoria 3.

A história da formação da sociedade, é permeada pelo tráfico de africanos e pelas migrações que uniram descendentes de diferentes povos, etnias, culturas e línguas em um mesmo território geográfico. Esse contexto suscitou debates em torno do reconhecimento das diferenças e da questão da diversidade. Os legados desse passado continuam a gerar efeitos prejudiciais nas relações entre comunidades e indivíduos, resultantes desses encontros históricos (Munanga, 2022).

Segundo Quijano (2005), é evidente a persistência das estruturas de poder colonial, mesmo após o término do período colonial. Essas estruturas abrangem sistemas políticos, econômicos, sociais e culturais estabelecidos durante a colonização, os quais continuam a exercer influência nas dinâmicas de poder das sociedades pós-coloniais. Trata-se de uma configuração de um poder mundial moderno/colonial, capitalista e eurocentrado, que biologicamente legitima a superioridade dos colonizadores com relação a inferioridade dos colonizados e isso foi possível através da introdução da ideia de raça (Quijano, 2005).

De acordo com Quijano (2005), as estruturas persistem além do período colonial, a colonialidade do poder reprime os modos de produção de conhecimento e saberes, impondo novos paradigmas. A colonialidade do saber, conforme descrito por Quijano (2005), nega o legado intelectual e histórico dos africanos e indígenas, reduzindo-os à categoria de primitivos e irracionais, simplesmente por pertencerem a uma "outra raça". A colonialidade do ser, refere-se à maneira como noções de identidade, raça, gênero e classe foram moldadas e hierarquizadas durante o período colonial (Mignolo, 2008). Isso implica na negação de um estatuto plenamente humano para africanos e indígenas, uma recusa à sua existência e à sua história, subalternizando-os através de uma violência epistêmica (Walsh, 2006).

Neste contexto a continuidade das estruturas coloniais de dominação e exploração nas sociedades contemporâneas são evidenciadas pela existência das colonialidades do poder, do ser e do saber e destacam a necessidade de descolonizar as estruturas sociais, políticas e econômicas, as identidades, as formas de pensar e buscar outros paradigmas de conhecimento (Oliveira, 2010).

Segundo Walsh (2005), a interculturalidade tem um propósito de conectar-se a um projeto que abrange aspectos sociais, culturais, educacionais, políticos, éticos e epistêmicos, visando à decolonização e à transformação. Esse projeto questiona as estruturas da

colonialidade do poder, do saber e do ser e sugere outras formas de pensar e se posicionar a partir da diferença colonial com objetivo de construir um mundo mais equitativo (Walsh, 2005).

No âmbito educacional, segundo a autora, essa perspectiva não se limita à simples inclusão de novos temas nos currículos ou metodologias pedagógicas, ao contrário, busca uma transformação profunda, tanto estrutural quanto sócio-histórica. Desta forma, entende-se às formulações teóricas multiculturais que não questionam as bases ideológicas do Estado partem de ideias eurocêntricas e nesse sentido, no campo educacional, reforçam-se os estereótipos e os processos coloniais de racialização (Walsh, 2005).

Segundo Walsh (2007) a necessidade de libertar as mentes ainda subjugadas, denota em um trabalho decolonial a partir de uma construção teórica que assuma essa tarefa libertadora. Essa construção teórica cria condições sociais, políticas, culturais, dando origem à pedagogia decolonial. Essa abordagem transcende os métodos tradicionais de ensino e dá-se pela construção de uma noção e visão pedagógica, que concebe a pedagogia como política cultural (Walsh, 2007).

Nesse cenário, para implementar as novas pedagogias na prática, torna-se fundamental investir na capacitação dos profissionais por meio de formação continuada. O propósito dessa capacitação é promover a compreensão da importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, além de desenvolver estratégias pedagógicas que contribuam para uma reeducação positiva. Dessa forma, busca-se fortalecer a identidade entre os negros e despertar a consciência sobre a negritude entre os brancos (BRASIL, 2004).

É fundamental ressaltar que a abordagem do conhecimento nos currículos escolares precisa expandir-se para abarcar a diversidade cultural, racial, social e econômica do Brasil. Nesse sentido, não se propõe a substituição do enfoque etnocêntrico europeu pelo africano, mas sim a promoção da inclusão das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, asiáticos, africanos e europeus nos estudos e atividades do dia a dia. Isso implica na introdução de novos conteúdos, juntamente com a necessidade de repensar as relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, os métodos de ensino e as condições de aprendizagem oferecidas pelas escolas (BRASIL, 2004).

Nesse contexto, destaca-se a importância crucial da formação de professores, que requer uma articulação entre diversos sistemas de ensino, como escolas, universidades, centros de pesquisa, núcleos de estudos e movimentos sociais. Essa colaboração conjunta visa implementar a capacitação dos profissionais como um ponto central, integrando todos os envolvidos para lidar com a diversidade étnico-racial. O foco está na reeducação das relações

étnico-raciais e no ensino e aprendizagem da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos (BRASIL, 2004).

Categoria 4 - Currículo escolar na educação infantil

A categoria 4 foi definida com base nos tópicos relevantes identificados na revisão narrativa, que abrangeu a análise de oito artigos. Alguns desses artigos ressaltam o papel do currículo escolar na perpetuação do racismo dentro das instituições de ensino. Além disso, em alguns artigos, destaca-se a importância da educação infantil, como uma etapa de grande relevância para o combate ao racismo. É fundamental ressaltar a significância desta categoria para esta pesquisa, que reconhece o currículo como uma ferramenta fundamental na luta contra o racismo e a educação infantil como um ponto de partida crucial para a promoção de práticas antirracistas. Nesse contexto, esta pesquisa entende que o currículo escolar deve ser descolonizado para refletir a ampla diversidade de conhecimentos presentes na sociedade, garantindo que a valorização de determinados conhecimentos não ocorra em detrimento de outros. Como será detalhado adiante, na exposição da Categoria 4.

No cenário educacional dominado pelo conhecimento eurocêntrico, os currículos escolares são legitimados de forma fragmentada, desconectados das realidades dos alunos. Adicionalmente, essa perspectiva desconsidera e deslegitima outros conhecimentos que não se encaixam nos padrões da racionalidade moderna. Nesse contexto, a educação se direciona prioritariamente para os interesses do progresso nacional. A abordagem tecnicista reforça essa tendência, transformando o currículo em uma ferramenta eficiente para controle e uniformização. Assim, tanto o conhecimento quanto a estrutura da educação são moldados para atender às demandas do mercado de trabalho e para manter a ordem estabelecida (Goodson, 2008).

A partir da década de 1970, as concepções tradicionais de currículo começam a ser questionadas por autores críticos, embora muitos deles ainda estejam enraizados no pensamento moderno ocidental, refletindo a estrutura da sociedade em que vivem. Essa crítica abre espaço para abordagens que promovem o pensamento decolonial, reconhecendo as limitações do conhecimento universal, neutro e racionalizado, valorizando as experiências alternativas de educação, promovidas pelos movimentos sociais, que se concentram em conhecimentos locais como ferramentas para melhorar as condições de vida das comunidades e fortalecer suas lutas cotidianas (Melo e Ribeiro, 2019).

Contudo, grupos e comunidades historicamente subjugados e excluídos do processo de construção do conhecimento estão agora demandando o reconhecimento de suas culturas,

formas de organização social, e maneiras de pensar e existir. Os protagonistas desses movimentos sociais são indivíduos que foram explorados e oprimidos pelo sistema moderno ocidental, e que se recusam a aceitar sua posição de subalternidade. São agentes que buscam a descolonização, cujas lutas são motivadas pelas violências infligidas pelo processo moderno de colonização (Santos, 2010).

No entanto, ao importar diretamente modelos educacionais de outras culturas, especialmente as europeias, apenas reforçamos a submissão aos colonizadores. Os conhecimentos produzidos pelos brasileiros, tanto no passado quanto no presente, no campo da educação, que são tão estudados em outros países, podem servir de base sólida para a organização e desenvolvimento do currículo brasileiro. Isso possibilitaria a criação de uma abordagem verdadeiramente autêntica e local (Ribeiro, 2023).

Reconhecer e valorizar a existência e a história dos povos africanos e seus descendentes é essencial para restaurar sua humanidade e deve começar desde a infância, pois é nessa fase que se molda o caráter e as referências. Uma sociedade que compreende que a história dos povos negros não se resume à época da escravidão, tem a oportunidade e a base necessária para explorar uma variedade de narrativas históricas (Santos de Santana, 2020).

A abordagem decolonial para o currículo pode ser percebida pela valorização do conhecimento obtido por meio da interação com os saberes populares e pela forma como esses conhecimentos se manifestam. Os educadores da educação infantil desempenham um papel fundamental como organizadores e mediadores, e suas práticas podem resultar em atividades que exploram os campos de experiência sob uma perspectiva decolonial (Ribeiro, 2023).

Um currículo antirracista proporciona às crianças a oportunidade de explorar diversas perspectivas culturais e entendimentos sobre o desenvolvimento da humanidade. Ele desafia a narrativa socialmente construída que subestima e marginaliza os negros, rejeitando a ideia de que sua história se limite à servidão. Ao oferecer uma ampla gama de possibilidades para a formação de identidades, especialmente para crianças negras, esse currículo contribui para a redução das desigualdades (Santos, 2020).

A educação decolonial emerge com uma abordagem dinâmica que reconhece e valoriza os diversos pontos de vista sobre o mundo, provenientes de diferentes culturas. Ela celebra a diversidade cultural e intelectual dos diversos povos, expondo as crianças ao rico potencial educacional presente na diversidade. Esse tipo de iniciativa coloca as crianças em um ambiente onde não há centralização em uma cultura dominante, mas sim um projeto que enaltece as diferenças (Santos, 2020).

De acordo com o Parecer CNE/CP 003/2004, as instituições de Educação Infantil têm como principal objetivo promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos. Isso inclui o acesso a processos de construção de conhecimento e aprendizagem em diversas linguagens, bem como garantir seus direitos à proteção, saúde, liberdade, respeito, dignidade, brincadeira, convivência e interação com outras crianças. Isso implica em algumas diretrizes para a organização curricular. É essencial que a luta contra o racismo e outras formas de discriminação, como de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas, seja uma preocupação constante e integrada à rotina da Educação Infantil. Além disso, a valorização da diversidade cultural das crianças e suas famílias deve orientar as práticas educativas, incentivando uma relação positiva com suas identidades culturais e étnicas. Dessa forma, desde cedo, as crianças são expostas à contribuição de diferentes povos e culturas (BRASIL, 2004).

A reestruturação curricular, sob a perspectiva decolonial, representa um avanço não apenas na esfera política e social, mas também na pedagógica, buscando práticas alinhadas com a garantia do direito à educação. Nesse ideal de construção de uma sociedade mais inclusiva, a escola, o currículo e o corpo docente são desafiados a questionar e superar práticas e culturas que sejam seletivas, excludentes, segregadoras e classificatórias na organização do conhecimento, do tempo e do espaço, bem como na composição dos grupos de estudantes e na dinâmica entre educadores e educandos. É fundamental transcender os métodos de avaliação punitivos que impedem as crianças, adolescentes, jovens e adultos a terem direito a um contínuo processo de aprendizagem, socialização e desenvolvimento humano respeitado. Tanto o sistema escolar, quanto a sociedade como um todo, avançam em direção a esse ideal democrático de justiça e igualdade, garantindo direitos sociais, culturais e humanos para todos. No entanto, persistem questionamentos que demandam respostas e propostas mais assertivas para superar desigualdades, lógicas excludentes e culturas discriminatórias. Essas questões são abordadas em diversos textos, que destacam não apenas desafios relacionados ao currículo, mas também à estrutura escolar, ao corpo docente e aos esforços em prol de estruturas mais igualitárias e menos discriminatórias (BRASIL, 2007).

7. PRODUTO CONSOLIDADO

Este estudo foi desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação da UniCarioca. Sua estruturação resultou da análise da pesquisa, da revisão narrativa e da realização de levantamentos bibliográficos.

Segundo Freire (2017), a elaboração do produto pedagógico implica um processo de formação contínua, no qual a pesquisa é o alicerce fundamental. O resultado da pesquisa realizada durante o mestrado profissional torna-se pública através desse produto educacional que utiliza-se como um recurso para enriquecer as práticas pedagógicas com estratégias educacionais. (Freire et al., 2018).

Dessa forma, o e-book é o produto proposto neste estudo e está voltado para as práticas antirracista nas salas de aula, numa perspectiva decolonial. O material tem como objetivo servir como uma ferramenta de apoio e que motive um trabalho pedagógico cada vez mais conectado às práticas antirracistas voltadas para os alunos da educação infantil.

7.1 Descrição do produto

Nesta pesquisa optou-se por elaborar um ebook, como produto final do curso de mestrado. O termo “ebook” é uma abreviação para “livro eletrônico”. De acordo com Mello Junior (2006) um ebook é uma obra literária em formato digital, composta por identificadores padrão e um corpo de conteúdo, com o propósito de publicação ou acesso. (Mello Junior, 2006).

Os ebooks são amplamente acessíveis na Internet, provenientes de várias fontes e abrangendo uma variedade gêneros. Seu desenvolvimento tem impulsionado significativamente o setor da indústria digital e eletrônica. A criação de um ambiente propício para uma cultura de leitura digital abre caminho para oportunidades de comercialização com preços acessíveis ou mesmo de forma gratuita (Miranda, 2013).

Assim, o ebook visa promover a educação antirracista e oferecer suporte aos profissionais da educação, abordando situações do dia a dia na sala de aula e utilizando estratégias lúdicas e tecnológicas para integrar teoria e prática de maneira significativa. Dessa forma, o ebook é um produto desta dissertação, concebido como resultado, que a partir da estrutura educacional delineada foi desenvolvido ao longo deste estudo e destina-se a ser disponibilizado e utilizado por profissionais interessados, como um recurso para as práticas pedagógicas.

7.2 Aplicação

Espera-se que este e-book possa auxiliar na formação continuada de professores da educação infantil de forma que sejam sensibilizados e estimulados a se orientar por outros caminhos, os decoloniais, e assim proporcionar aos alunos conhecimentos mais amplos e inclusivos, sobre as diferentes culturas que existem na sociedade.

As orientações educacionais delineadas no e-book têm como objetivo provocar uma transformação significativa na perspectiva adotada, levando a uma reestruturação do pensamento que resulta em ações enriquecedoras e valorizadas. Essas diretrizes abordam atividades, comportamentos e práticas que promovem valores éticos, morais, culturais e sociais. Elas buscam atribuir significado a novas ideias e comportamentos, com base em valores não mais ditados pela perspectiva eurocêntrica, mas sim pelas práticas pedagógicas intencionais antirracistas. Tais diretrizes se tornam ferramentas inspiradoras e fortalecedoras para apoiar o trabalho dos educadores.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa voltada para a promoção de práticas antirracistas na educação infantil, buscou-se entender as dificuldades encontradas pelos professores para promover um enfrentamento ao racismo nas salas de aula. Neste contexto, esse estudo incentiva a capacitação de professores sob uma perspectiva decolonial, levando em consideração a análise de bibliografia específica e uma revisão narrativa que fizeram emergir conclusões de relevância significativa.

Através da pesquisa, observou-se entre as respostas dos participantes, docentes da educação infantil, o reconhecimento da importância da inclusão de práticas antirracistas em sala de aula, em contrapartida verificou-se que os docentes não se sentem preparados para efetivarem essas práticas. Conforme apontado por Cavalleiro (2003), é comum encontrarmos educadores que afirmam estarem comprometidos com sua prática profissional. No entanto, quando questionados sobre as relações interpessoais presentes no cotidiano escolar, suas ações pedagógicas tendem a não contemplar esses aspectos efetivamente (Cavelleiro, 2003).

Os autores selecionados para esta pesquisa proporcionaram à pesquisadora um vasto conhecimento sobre o tema, abarcando conceitos que estimulam uma variedade de soluções a curto e longo prazo para a implementação de práticas antirracistas. Uma observação interessante proveniente dessas leituras reflete-se sobre os docentes e a recomendação em adotar uma mentalidade diferente daquela a qual foram educados, estão imersos nessa sociedade e tendem a internalizar o conhecimento eurocêntrico, uma vez que estão inseridos em um sistema racista estabelecido, o que dificulta a percepção da necessidade de mudança.

A pesquisa apresentada faz parte de antigos questionamentos feitos pela pesquisadora, que buscou identificar meios para facilitar o trabalho dos docentes, que buscam seguir as diretrizes e as leis para que a educação antirracista torne-se real nas escolas. Neste sentido, a produção de um e-book surge como uma possibilidade de ajudar os docentes a colocarem em prática essas questões voltadas para a inclusão dos alunos que ainda encontram-se excluídos, dentro das instituições escolares.

A revisão narrativa desempenhou um papel crucial para esta pesquisa, fornecendo resultados essenciais para a compreensão e esclarecimento das questões relacionadas à temática antirracista. Os artigos analisados apresentaram produções acadêmicas de grande relevância abrangendo uma variedade de áreas e abordando diferentes desafios enfrentados pelos profissionais em suas atividades, todos com o objetivo principal de promover uma educação antirracista.

A análise dos estudos revela inequivocamente a presença do racismo no sistema educacional, destacando a estrutura arraigada na sociedade que requer soluções eficazes e positivas para lidar com as questões da diversidade étnico-racial, assim como o reconhecimento e o enfrentamento do racismo, especialmente dentro das instituições escolares. Evidencia-se que as relações étnico-raciais estão intrinsecamente ligadas à estruturação da sociedade, e a perspectiva decolonial emerge como uma das alternativas propostas para serem adotadas por profissionais da educação e colaboradores.

Nesta revisão narrativa, revela-se uma falta de abordagem abrangente em relação aos diversos aspectos que compõem o campo da educação, percebeu-se uma carência de artigos, especialmente notável na área da educação infantil. O reconhecimento da importância da educação antirracista na primeira infância é determinante para uma sociedade equânime. A educação infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento das crianças, fornecendo a base para sua aprendizagem e crescimento futuros. No entanto, a falta de pesquisa nesse campo pode resultar em uma compreensão limitada dos desafios e das práticas para promover um ambiente educacional eficaz para os alunos da educação infantil.

Cada artigo publicado contribui de maneira positiva para o combate à discriminação racial, em um contexto mais amplo. As pesquisas levantam questões cruciais sobre o racismo, enfatizando a necessidade de enfrentá-lo em todas as esferas da sociedade, visando promover a construção de uma educação democrática e decolonial. É imperativo reavaliar o modelo atualmente seguido e disseminado, buscando alternativas para desenvolver um currículo escolar fundamentado na perspectiva decolonial, com o intuito de enriquecer de forma criativa e plural a cultura e a história dos afro-brasileiros, em contraposição à predominância da tradição etnocêntrica europeia.

A educação voltada para as relações étnico-raciais está passando por uma transformação significativa, refletindo uma nova concepção sobre seu papel na escola. Essa abordagem emergente preconiza uma educação que promova a criticidade, a participação ativa e a consciência social dos alunos, visando ao seu desenvolvimento integral, social e cultural. Reconhece-se o papel da escola como agente influente em diversos aspectos, tanto negativos quanto positivos. Neste estudo, compreende-se que é responsabilidade da escola proporcionar acesso ao conhecimento, além de revitalizar os debates pertinentes e adotar uma postura política ao promover a escuta atenta ao pensamento crítico social.

Ao longo desta dissertação tornou-se evidente que a educação antirracista é um compromisso fundamental que deve ser abraçado por toda a sociedade e pela comunidade

escolar. Essa abordagem faz-se necessária como resposta ao racismo estrutural, que permeia a sociedade brasileira. Apesar da existência de leis e pareceres que respaldam esse movimento, a implementação efetiva do trabalho com questões étnico-raciais e cultura africana e indígena nas escolas públicas de ensino básico ainda está em estágios iniciais, tornando-se imprescindível a promoção de formações continuadas facilitando o acesso a materiais que viabilizem esse trabalho de forma eficaz.

Destaca-se a importância da participação dos professores em formações continuadas, visando ampliar o conhecimento sobre essa temática, fortalecer parcerias com as famílias e engajar a comunidade escolar na promoção da inclusão. Adicionalmente, é fundamental que os profissionais adotem uma abordagem crítica e cuidadosa ao selecionarem materiais educacionais, garantindo a qualidade do ensino em suas salas de aula.

Os resultados desta pesquisa se materializam em um e-book que oferece conceitos e orientações para questões, aparentemente simples, que ocorrem nas salas de aula e continuam a propagar o racismo. Além disso, o e-book inclui sugestões de leituras destinadas a auxiliar educadores que buscam implementar a educação antirracista nas escolas.

O tema abordado e a tecnologia desenvolvida abrem diversas possibilidades para futuras pesquisas e aprimoramentos. É desejável que trabalhos subsequentes explorem com maior profundidade as questões de gênero sob a ótica decolonial, visando promover a equidade, autonomia e qualidade de vida. Tais iniciativas têm o potencial de contribuir significativamente para o progresso do conhecimento e, acima de tudo, para o fortalecimento de uma educação mais inclusiva, acessível e sensível às necessidades individuais de cada aluno.

Terminada esta pesquisa, é crucial ressaltar o potencial significativo da educação pública. Seus representantes devem adotar uma postura ética e política que represente uma resistência à educação eurocêntrica, buscando romper com sua desconexão em relação à nossa cultura e oferecendo alternativas viáveis. Este é um passo essencial para abordar uma questão que pode parecer invisível, mas que tem consequências devastadoras na vida de muitas pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANFOR, Lucilene Rezende, e Jorge Garcia Basso. Infância, Identidade Étnica e Conhecimentos de Matriz Africana na Escola. Educação & Realidade, vol. 44, n° 2, 2019, p. e88363. DOI.org, https://doi.org/10.1590/2175-623688363.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. 2013. Rev. Bras. Ciênc. Polít. (11), ago/2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/abstract/?lang=pt. Acesso em: 18 de junho de 2023.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Huncitec, 1992.

_____. Estética da criação verbal. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Brancos e Negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Global, 4 ed., 2008.

BENTO, Maria A. S. A identidade racial em crianças pequenas. In: BENTO, Maria A. S. (Org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - Ceert, 2012, p. 98-117.

_____. Cidadania em preto e branco: discutindo as relações raciais. São Paulo: Ática, 3ª Ed. 2000.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. (Coleção Cultura Negra e Identidades). Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense,1995.

_____. Identidade e etnia. Construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 dez. 2023.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 dez. 2023.

_____. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Conselho Nacional de

Educação/Conselho Pleno. Brasília: 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 23 abr. 2023.

_____. Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de novembro de 2009, Seção 1, p. 8. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 23 dez. 2023.

_____. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo / [Nilma Lino Gomes]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 dez. 2023.

_____. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10639.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.639%2C%20DE%201%C2%BA,que%20lhe%20confere%20o%20art>. Acesso em: 02 jan. 2024.

_____. Lei 11.274, de 06 de fevereiro de 2006. Ementa altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 06 de fevereiro de 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm>. Acesso em: 02 de jan. 2024.

_____. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de junho de 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 02 de jan. 2024.

_____. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 dez. 2023.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário

Oficial da União. ano 1990, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 6 out. 2023

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 22 dez. 2023.

_____. Resolução n° 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisa em ciências humanas e sociais. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 11 de nov. 2023.

CAVALLEIRO, Eliane. S. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo. Contexto, 2003.

DIANA J. Quais as diferenças entre pesquisa descritiva, exploratória e explicativa. In: https://www.diferenca.com/. São Paulo 7 out. 2020. Acesso em: 26 out. 2023.

FONSECA, M.V. A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquidade não marcada. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRANTZ, Fanon. Os Condenados da Terra. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

FREIRE, Gabriel Gonçalves, et al. Produtos educacionais do Mestrado Profissional em Ensino da UTFPR – Londrina: estudo preliminar das contribuições. Revista Polyphonía, vol. 28, n° 2, maio de 2018. DOI.org, https://doi.org/10.5216/rp.v28i2.52761.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. A África ensinando a gente. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática de Liberdade. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1967.

_____. Pedagogia do Oprimido. Ed.71ª. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz & Terra, 2019a.

_____. Pedagogia da Autonomia. Ed.62ª. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz & Terra, 2019b.

GALVAO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 fev. 2024.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre as relações raciais no Brasil: uma breve discussão. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-relacoes-raciais-no-brasil-uma-breve-discussao/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw5cOwBhCiARIsAJ5njuYMBt3um7vITiODahVHPusjctYQFBDW_rBOZxjijJgDikcOJKc6ro4aAnk4EALw_wcB>. Acesso em 22 jun. 2023.

_____. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria Candau (Orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Diversidade cultura, currículo e questão racial. Desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete, BARBOSA, Maria de Assunção e SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs). Educação como prática da diferença. Campinas: Armazém do Ipê, 2006, p.21-40.

_____. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 27, n. 1, 2011. DOI: 10.21573/vol27n12011.19971. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19971>. Acesso em: 5 abr. 2024.

_____. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele. (Org). Superando o racismo na escola. Brasília: SECAD, 2005.

_____. O movimento negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 11, n. Ed. Especi, p. 141–162, 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/687>. Acesso em: 29 mar. 2024.

_____. (org.) Práticas Pedagógicas de trabalho com as relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. Brasília: MEC; UNESCO, 2012.

_____. O movimento negro educador–saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOODSON, I. F. Currículo: teoria e história. Editora Vozes, 2008.

GUSMÃO, Neusa M. M. Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo/Campinas, v. 107, nº 0, 1999, p. 41-78.

HANSEN, Patricia Santos. Nação, infância e seus outros: literatura infantil brasileira do século XIX ao início do XX. Revista Brasileira de História, vol. 42, n° 91, setembro de 2022, p. 263–85. DOI.org https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n91-13.

hooks, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. 4a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Priscila Nottingham De. Recontar para ressignificar: passado e presente em pauta no racismo estrutural. Revista Brasileira de História, vol. 41, n° 88, dezembro de 2021, p. 359–65. DOI.org, https://doi.org/10.1590/1806-93472021v41n88-17.

LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MADUREIRA Viera da Silva, Lílian Carine; Basso Soares Severo, Rita Cristine. Educação para as relações étnico-raciais: possibilidade da educação e um currículo antirracista? Revista

Docência e Cibercultura, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 243–261, 2021. DOI: 10.12957/redoc.2021.57148. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/57148>. Acesso em: 26 out. 2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto in El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global / compiladores Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

MELO, A. de, & Ribeiro, D. (2019). Eurocentrismo e currículo: apontamentos para uma construção curricular não eurocêntrica e decolonial. e-Curriculum, 17(4), 1781-1807. http://doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i4p1781-1807.

MELLO JR, J. Do codex ao ebook: metamorfoses do livro na era da informação. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 2006.

MESGRAVIS, Laima. História do Brasil Colônia. Contexto. São Paulo, 2015.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: despredimiento y apertura. In: CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre editores; Universidade Central; Instituto de Estudios Socialies Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, p. 25-47, 2007.

_____. Desafios decoloniais hoje. Revista Epistemologias do Sul. v.1, n. 1, p. 12-32, Paraná: Unila, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download/772/645>. Acesso em 30 de julho de 2023.

_____. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2020.

MIRANDA, Márcio Batista de; Richard Perassi Luiz de Sousa. O ebook como mídia de conhecimento. VI Seminário Leitura de Imagens para a educação: Múltiplas mídias. Florianópolis, 19 e 20 de agosto de 2013

MIRANDA, Josete Barbosa; SENRA, Luciana Xavier. Aquisição e desenvolvimento da linguagem: contribuições de Piaget, Vygotsky e Maturana. 2012.

MOTTA, Flavia, e Claudemir De Paula. Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito. Educação & Realidade, vol. 44, n° 2, 2019, p. e88365. DOI. org, https://doi.org/10.1590/2175-623688365.

MOURA, Clóvis. Racismo e luta de classes no Brasil. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil. In: Resgate, n. 6, p. 17-24, 1996.

_____. O mito da democracia racial faz parte da educação do brasileiro. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mito-da-democracia-racial-faz-parte-da-educacao-do-brasileiro-diz-antropologo-congoles-kabengele-munanga/?amp=1&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw5cOwBhCiARIsAJ5njuagua-3h4oaFD45Hc7EB1pb0-mmaAzCuf5N8nhstr1JeJahPWNRmgcaAnXNEALw_wcB>. Acesso em 23 jun. 2023.

_____. O mundo e a diversidade: questões em debate. Estudos Avançados, vol. 36, n° 105, agosto de 2022, p. 117–29. DOI.org, https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36105.008.

_____. org. Superando o Racismo na Escola. Brasília, Ministério da Educação, 2001.

NITERÓI. Estatuto Municipal da Promoção e Igualdade Racial. Lei. 3110 de 26 de novembro de 2014.

OLIVEIRA, Fabiana. Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial? 2004. 112f. Dissertação de Mestrado em Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, UFSCar, 2004.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes De, e Vera Maria Ferrão Candau. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em Revista, vol. 26, no 1, abril de 2010, p. 15–40. DOI.org, https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002.

PAVAN, Ruth, e Sirley Lizott Tedeschi. Currículo e (de)colonialidade: a potência decolonial em escolas com baixo IDEB. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, outubro de 2021, p. 253–66. serie-estudos.ucdb.br, https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v26i57.1538.

PIAGET J. A equilibração das estruturas cognitivas. Rio de Janeiro: Editora Zahar; 1983.

PORFíRIO, Francisco. O que é racismo?; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/direitos-humanos.htm>. Acesso em 26 de junho de 2023.

PORTAL GELEDÉS. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conheca-cinco-formas-de-combater-o-racismo-na-infancia/>. Acesso em: 20 maio 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

RELVAS MP. Fundamentos biológicos da educação: despertando inteligências e afetividade no processo de aprendizagem. Rio de Janeiro: WAK Editora; 2009.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: 1ª ed. Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Juliana. Dança e educação infantil: proposta metodológica para uma educação decolonial. Revista NUPEART, vol. 27, no 2, dezembro de 2023. DOI.org, https://doi.org/10.5965/235809252712023e4445.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. Acta Paulista de Enfermagem, vol. 20, no 2, junho de 2007, p. v–vi. DOI.org, https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas: Exu como Educação. Revista Exitus, Santarém-PA, v. 9, n. 4, p. 262-289, 2019. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1012/528> Acesso em: 18 de junho de 2023. DOI: https://doi.org/10.24065/2237-9460.2019v9n4ID1012

SABINO, T. G. F; LOURENÇO, O. G. L; SILVA, B. D. Revista Zero-a-seis. Racismo e representatividade da criança negra na literatura infantil: reflexões sobre o projeto de extensão e cultura "construindo a própria história" | Zero-a-Seis (ufsc.br). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2019v21n39p170. Racismo e representatividade da criança negra na literatura infantil: reflexões sobre o projeto de extensão e cultura "construindo a própria história" | Zero-a-Seis (ufsc.br) >. Acesso em: 21 maio 2023.

SACRISTÁN, José Gimeno. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. 3ª ed. Penso Editora. Porto Alegre, 2007.

SANTIAGO, Flávio. Meu cabelo é assim… igualzinho o da bruxa, todo armado! Hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil. 2014, 147 f. Dissertação. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

_____. Creche e racismo. Revista Eletrônica de Educação, vol. 9, no 2, agosto de 2015, p. 441–60. DOI.org. https://doi.org/10.14244/198271991118.

_____. Por uma pedagogia anti-racista desde a creche: descolonizando as armadilhas da educação básica. Geledés. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/por-uma-pedagogia-anti-racista-desde-a-creche-descolonizando-as-armadilhas-da-educacao-basica/?gclid=CjwKCAiAqNSsBhAvEiwAn_tmxbjTSyoNiwdNWmuaf1puBRexdemPbcDVevlFT1ptqrkqgT2Wbm1tfBoCdQMQAvD_BwE>

SANTOS, Boaventura de Souza. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2019.

_____. Descolonizar el saber, reinventar el poder. Uruguay, Montevideo: EdicionesTrilce, 2010.

SANTOS DE SANTANA, J. Educação Afrocêntrica: um currículo decolonial e antirracista na educação infantil: a decolonial and anti-racist curriculum in early childhood education. Educação Sem Distância - Revista Eletrônica da Faculdade Unyleya, [S. l.], v. 1, n. 2, 2020. Disponível em: https://educacaosemdistancia.emnuvens.com.br/esd/article/view/39. Acesso em: 29 mar. 2024.

SILVA, Andressa Queiroz Da, et al. “O uso do blackface como prática pedagógica nos anos iniciais da educação básica. Trabalhos em Linguística Aplicada, vol. 61, n° 1, janeiro de 2022, p. 148–62. DOI.org, https://doi.org/10.1590/010318139574111520210312.

SILVA, U. A. S. Educação Decolonial: formação crítica em movimento. In Anais do VII Congresso Nacional da Educação (pp. 1-10). Campina Grande: Editora Realize. 2020.

SOARES, Carlos José Ferreira. Análise Descritiva Qualitativa. Curitiba: CRV Editora, 2022.

SOUZA Filho, Edmundo Fernandes, e Edna Martins. Contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão das questões raciais na educação escolar. Educação e Pesquisa, vol. 48, 2022, p. e239195. DOI.org, https://doi.org/10.1590/s1678-4634202248239195.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul. - dez. 2020. ISSN 2237-9444. DOI: https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559.

STADLER, Gesane; ROMANOWSKI, Joana P.; LAZARIN, Luciane; ENS, Romilda T.; VASCONCELLOS, Sílvia. Proposta pedagógica interacionista. 2004.

VALENTE, Gabriela, e Adriana Santiago Rosa Dantas. Práticas docentes e relações étnico-raciais: reflexos da sociedade brasileira. Cadernos de Pesquisa, vol. 51, 2021, p. e07327. DOI.org, https://doi.org/10.1590/198053147327

VELIQ, Fabiano, e Paula Magalhães. A colonização é aqui e agora: elementos de presentificação do racismo. Trans/Form/Ação, vol. 45, n° spe, 2022, p. 111–28. DOI.org, https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.07.p111.

VYGOSTSKY LS. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posi39 Educação em Revista | Belo Horizonte | v.26 | n.01 | p.15-40 | abr. 2010 cionamiento ‘otro’ desde la diferencia colonial”. In: WALSH, C.; LINERA, A. G.; MIGNOLO, W. Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento. Buenos Aires: Del Signo, 2006. p. 21-70.

_____. Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial. In: Memórias del Seminário Internacional "Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad", Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional 17-19 de abril de 2007.

_____. Notas pedagógicas a partir das brechas decoloniais. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação “outra”? Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016. p. 64-75.

_____. Pensamiento crítico y matriz (de)colonial. Reflexiones latinoamericanas. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005. p. 13-35.

WEBB, P. Taylor. Reflection and reflective teaching: ways to improve pedagogy or ways to remain racist? Race Ethnicity and Education, London, v. 4, n. 3, p. 245-252, 2001.